

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

ULISSES GONÇALVES DE OLIVEIRA

A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”:

Uma etnografia multissituada dos seus predicados no prisma da Família

BELO HORIZONTE

2017

ULISSES GONÇALVES DE OLIVEIRA

A “IDEOLOGIA DE GENERO”:

Uma etnografia multissituada dos seus predicados no prisma da Família

Monografia apresentada no curso de graduação em Antropologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de bacharelado em Antropologia.

Área de habilitação: Antropologia Social

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Érica Renata de Souza

BELO HORIZONTE, 2017

Ulisses Gonçalves de Oliveira

A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”: uma etnografia multissituada dos seus predicados no prisma da família

Monografia apresentada e aprovada na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de bacharelado em Antropologia.

Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Érica Renata de Souza - UFMG

Professora Orientadora

Prof.^o Dr.^o Leandro de Oliveira - UFMG

Professor avaliador

Prof.^a Dr.^a Anna Paula Vencato - UFMG

Professora avaliadora

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha família sanguínea pelo apoio constante aos meus estudos, especialmente, minha mãe, que vem se esforçando ao máximo para que eu possa dar continuidade aos meus estudos, desde a primeira saída de casa. A sua própria trajetória me fez pensar em várias questões acerca do conceito de família, por um olhar de resistência e desconstrução, considerando seu lugar social, de mulher negra, mãe solteira e pobre, dedicando-se para criação das suas filhas/os. Maria da Penha, te amo muito.

Também, essa desconstrução envolve laços de convivência muito extensivos, partindo de uma ordem familiar por formas que rompem com a idealizada “família nuclear e burguesa”. Nesse seguimento, agradeço meus irmãos e irmãs Gueu, Vera, Fabiano, Anderson, além de tios e tias, primos e primas, que são muitos. Dentro dessa rede, a base ancestral desse grande corpo de parentesco, minha avó, mãe Senhora, e meu avô, já falecido, pai Manoel. Estes dois, atores sociais de uma rica história de vivência e sobrevivência, partindo de muita luta e trabalho desde o Ribeirão (antigo local de moradia e de trabalho na área rural). Desse modo, fazendo o possível para permitir com que filhas/os e netas/os pudessem estudar, eles são à base do sustento de uma grande linhagem de parentesco.

Logo em seguida, meu agradecimento a Érica, por ter sido essa grande orientadora, sempre bastante atenciosa e cuidadosa para colaborar com as minhas escolhas e decisões em todo processo de desenvolvimento da monografia. Repasso o agradecimento ao seu companheiro Alex, que deu uma ótima contribuição na leitura de alguns textos.

Aos funcionários do Departamento do curso, a Ângela, uma excelente pessoa e profissional, sempre disponível em ajudar com minhas dificuldades burocráticas no colegiado da graduação. Também, agradeço a Aninha Mercês, recentemente, uma nova amiga, que veio me acompanhando durante os momentos finais da monografia, auxiliando em dúvidas sobre questões burocráticas, além de me dar muita confiança.

Agradeço aos meus colegas, especialmente, Mayara Mattos, Luciana Ferreira, Luciana Costa, Ric de Oliveira, Tiago Heliodoro, Daniel Menezes, Edilaine, Maria Augusta, Amália, Iris Moraes, Gabby Hartemann. As amigas da Fafich, Marcinha e Elaine. De modo geral,

algumas colegas e funcionários da UFMG, Amanda França, Sabrina Bina, Jhones Bernardes, Marli, Jaqueline, Wellington.

Ao coletivo Maloka, Dóris Faustino, Miriam Alves, Tainá Josi, Barbara Franciele, Julia Cristina, Grazi Freitas, Rilbert, Aline Isaias, Linda Simone, Ramila, grande força e resistência para construção do Centro de Convivência Negra, um momento importante que nos deu a oportunidade de criar um grande laço familiar, onde nossas conversas cooperaram para ampliar o leque teórico deste trabalho.

À minha família da moradia universitária, especialmente muitos/as colegas, que nesses últimos momentos de escrita monográfica, estiveram acompanhando todas as tensões e ansiedades, Fran Oliveira, Mourão, Isabela Campos, Josimar Batista, Rodrigo Faustino, Grazi Ferreira, Camila Araújo.

Quero finalizar e agradecer à banca, Anna Paula e Leandro Oliveira, por aceitar o convite e, também, pelas conversas e dicas sobre o trabalho em momentos anteriores.

“Mas o que vemos agora nesse, nesse conservadorismo sexual contemporâneo ou que podemos entender como política sexual reacionária é um esforço para nos levar de volta a um mundo que nunca mais voltará”.

Judith Butler, novembro de 2017, BOITEMPO EDITORIAL.

RESUMO

As políticas de atualização da base curricular nacional prevista no Plano Nacional de Educação de 2014 gerou uma manifestação de setores políticos sobre a expansão de conteúdos que veio discutir gênero e sexualidade na sala de aula com objetivo de fomentar políticas de equidade social. Nesse contexto, no Brasil, setores da sociedade reagiram denunciando a existência de uma política de doutrinação ideológica com as crianças na escola. O debate gira em torno do que vem sendo denominado de “ideologia de gênero”. Por uma suposta movimentação “anti-genero”, no contexto brasileiro e, já presente em outras partes do mundo, é levantada uma possível ameaça projetada sobre a “família”. Alguns grupos ou sujeitos vêm construindo ferramentas discursivas controversas para caracterização da “ideologia de gênero”, tendo o alvo de defesa, a “família tradicional”. Compreendendo a necessidade de entender a lógica dessas controversas, apresento uma etnografia multissituada por meios de conteúdos online diversos, buscando elaborar conexões muito presentes para compreensão dos predicados da “ideologia de gênero”, com base no que denomino de “ideologia da família”.

Palavras-chave: “Ideologia de gênero”; ideologia, feminismo, família; ciência e religião.

ABSTRACT

The policies of updating the national curriculum base foreseen in the National Education Plan of 2014 generated a manifestation of political sectors on the expansion of contents that came to discuss gender and sexuality in the classroom with the objective of fomenting policies of social equity. In this context, in Brazil, sectors of society reacted denouncing the existence of a policy of ideological indoctrination with children in school. The debate revolves around what has been called "gender ideology". By a supposed "anti-gender" movement, in the Brazilian context and, already present in other parts of the world, a possible projected threat on the "family" is raised. Some groups or subjects have been constructing controversial discursive tools to characterize the "gender ideology", having the defensive target, the "traditional family". Understanding the need to understand the logic of these controversies, I present an ethnography multisituated by means of diverse online content, seeking to elaborate connections quite present to understand the predicates of the "gender ideology" based on what I call the "family ideology".

Keywords: Gender ideology; ideologies; feminism; Family; Science and religion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. PROBLEMAS COM IDEOLOGIAS	9
1.1 Por que não falar de gênero?.....	9
1.2 Ideologia e a “ doutrinação marxista”	16
1.4 A ideologia da família no pressuposto histórico e antropológico	30
2. A IDEOLOGIA DE GÊNERO E A FAMÍLIA EM UMA ANÁLISE MULTISSITUADA	36
2.1 Apontamentos metodológicos.....	38
2.2 A família na perspectiva da Ideologia de gênero	42
2.3 Família e escola: a relação e seus limites.....	50
3. PARA ALÉM DA FAMÍLIA: “A IDEOLOGIA DE GÊNERO NÃO É CIÊNCIA, É CRENÇA!”.	55
CONCLUSÃO	63
REFERÊNCIAS	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.

INTRODUÇÃO

Quando se trata de mudanças estruturais de uma sociedade, podemos pensar em um momento de extremidades e polaridades, sendo reificadas pelas disputas de lugares das diversas subjetividades do mundo pós-moderno e contemporâneo. Falamos do contexto brasileiro, que, sem dúvida, vem vivenciando uma série de mudanças, no que tange o seu universo político. Talvez, por haver certo amadurecimento da sua democracia e das suas instâncias institucionais, por querer livrar-se de vez com a velha república. Nesse momento, instaurou-se uma forte reação de proteção dos valores culturais da instituição familiar.

Anteriormente, discussões sobre homoparentalidade pareciam já ameaçar a noção de família heteronormativa (Uziel, 2002; Souza, 2005). Dessa forma, parece que a família tradicional brasileira tem vivenciado outro momento de ameaça. Apareceu, para desconforto da “nação brasileira”, uma certa ideologia que a vem colocando essa família em risco de “destruição”.

A “ideologia de gênero” é disseminada, nesse contexto, por algumas frentes políticas e religiosas, como fruto de um projeto grandioso e internacionalizado, considerando como pano de fundo, a “doutrinação marxista”. Nesse caso, o discurso deriva da ideia de que haveria uma doutrinação muito poderosa, impregnada pelas políticas de governos de esquerda embasadas pelo pensamento marxista, correlacionando-as a uma definição controversa, ao “marxismo cultural”. Para os defensores dessa ideia, essa “ideologia desvirtua a “família” e as crianças”. Para essas frentes, a suposta ideologia partiria de um projeto doutrinator, que tenta atingir diretamente a família pela via da educação, a qual é definida como seu objeto inalienável. Aqui, a educação moral é diferenciada pelos discursos da educação escolar, no sentido de certa reação moral aos estudos feministas, iniciados por Simone de Beauvoir, e os de gênero.

A inclusão do conceito gênero, em políticas educacionais, faz parte de um arcabouço histórico e teórico, que permitiu desenvolver políticas de equidade social e de superação das desigualdades sociais como o combate às violências contra mulheres, gays, lésbicas e transexuais, inclusive no contexto escolar. Isso, por conseguinte, gerou uma grande movimentação reacionária por essas frentes, especialmente, pela tentativa de alerta à

população, acarretando em uma maior massificação do termo “ideologia de gênero” no universo público das redes e plataformas *online*.

Pelo desejo instigante de entender como vem sendo manifestada e construída a cosmovisão sobre a “ideologia de gênero”, essa pesquisa deu início. Nesse caminho, começando, sobretudo, por uma esporádica e descontraída atividade de visualização de vídeos e comentários na plataforma do *Youtube*. Na vontade de aprofundar nas controvérsias dos discursos por traz da chamada “ideologia de gênero”, fiz a seleção de alguns conteúdos.

O acesso a vários conteúdos diversos na internet se apresentou como forma inicial e descontraída de interagir com falas e discursos “calorosos” e controversos. Entrar nesse universo discursivo tornou-se um tanto tortuoso, tendo em vista meu olhar e posicionamento divergente, considerando minha proximidade com o arcabouço teórico-científico que qualificou gênero como uma categoria analítica para pensar as relações entre as masculinidades e feminilidades.

Não bastava, simplesmente, reduzir a experiência teórica do conceito, é preciso se envolver com os discursos controversos, pois no universo das redes online, existe uma porta aberta para pensar a mutabilidade da categoria gênero ao senso comum. Além do que, o universo dos comentários no *Youtube* (plataforma *online* de maior uso na pesquisa) é uma experiência instigante, também, desconfortante, mas que serve de base inicial para acompanhar o movimento semântico do senso comum da correspondente categoria. É importante ressaltar, que há uma limitação, já que o universo das redes não é bem interligado, deduzindo uma analogia a um universo social qualquer, onde são permissíveis os diferentes agrupamentos humanos nas redes, assim como, nos espaços “não virtuais”. Nesse lugar, observamos pluralidades de ideias possíveis, embora seus sujeitos possam ser de lugares distintos, mas com a possibilidade de se associarem e formarem suas redes culturais no espaço *online*, sendo assim, a distância física é irrelevante.

A pesquisa e seleção aconteceram por uma busca em vários espaços da *internet*, na proposição do desenvolvimento de uma “etnografia multissituada”. Na proposta, há a convergência dos pontos de junção dos diversos conteúdos, espalhados na *internet*, que se apresentam como forma de alerta ao risco da suposta “ideologia de gênero” para a sociedade brasileira.

Para isso, eu pensei em uma série de construções significativas sobre o conceito de gênero ou sobre a “ideologia de gênero”, definindo-as como seus predicados a serem percorridos no trabalho monográfico, correlacionando-os a um eixo da discussão antropológica com o foco na instituição familiar.

O próprio *status* de ideologia torna-se o primeiro desses predicados. A “ideologia de gênero” é lida, por parte dessas frentes, como um objeto de doutrinação, pela desqualificação do *status* teórico-científico dos estudos feministas e de gênero, ao mesmo tempo. Há uma afirmação que a define como uma “ideologia feminista”, “ameaçadora da família”, e dos seus “valores morais” idealizados para a manutenção da sua existência.

A família, na relação com a educação, será central por envolver a interseção com o debate da atualização da base curricular nacional, do que gerou essa mobilização por esses grupos e sujeitos defensores da “família tradicional”.

No Capítulo 1, desenvolvemos uma abordagem geral e histórica, envolvendo a disseminação do “alerta” sobre a “ideologia de gênero” no Brasil. Juntamente, há um corpo teórico, fazendo algumas articulações com os discursos enfáticos dos conteúdos selecionados. Também, encontraremos algumas contribuições teóricas que abordem certa genealogia conceitual, de gênero, do feminismo, da família e do próprio conceito de ideologia. No capítulo 2, fizemos uma problematização metodológica do contexto da pesquisa, uma descrição dos principais conteúdos relacionados ao acionamento da “ideologia de gênero” no prisma da família, e na sequência, uma reflexão das controvérsias pela discussão dos limites da relação entre família e escola. Para finalização, no Capítulo 3, apresentamos alguns apontamentos das construções discursivas da “ideologia de gênero”, a partir da dicotomia ciência e religião, um debate que vai para além da família. De modo geral, o trabalho propõe-se focar nos discursos e não, exatamente, em sujeitos ou grupos específicos.

E para finalizar, os *links* dos conteúdos principais da análise estarão dispostos nas notas de rodapé juntamente com seus respectivos títulos, direcionando os trechos dos respectivos conteúdos selecionados. Nesse quesito, é importante considerar que existe um grande enfoque nos conteúdos audiovisuais do *Youtube*, embora tenham sido consultados outros conteúdos da internet em alguns sites e blogs.

1. PROBLEMAS COM IDEOLOGIAS

Neste capítulo, faremos alguns apontamentos teóricos acerca dos pressupostos discursivos da suposta ideologia, sendo denominados de predicados da “ideologia de gênero”. Desse modo, faço uma contextualização teórica do que está em jogo na movimentação política sobre o conceito de gênero, trazendo algumas enunciações dos conteúdos analisados. Portanto, encontraremos um conteúdo teórico que perpassa sobre o conceito de “ideologia”. Ao mesmo tempo, trazemos uma introdução histórica, chamando atenção da “ideologia” como parte de um mecanismo político, pressupondo rearranjos semânticos e conceituais.

Nesse sentido, os predicados são as conotações presentes nos discursos, caracterizando a “ideologia de gênero”. São as visões de mundo, que, conseqüentemente, proporcionaram algumas controvérsias sob o termo gênero e todo seu arcabouço histórico e teórico, diante de seu papel de resignificação e de questionamento do mundo, de revisão histórica da construção das relações humanas como as relações familiares. O próprio *status* de ideologia apresentou-se como uma análise a ser, cuidadosamente, desenvolvida, sendo de suma importância para situarmos nos pontos controversos desses predicados.

1.1 Por que não falar de gênero?

Porque tanta resistência em falar de gênero, ou melhor, utilizar a categoria gênero? Fato esse, que culminou com a retirada do termo gênero do Plano Nacional de Educação 2014-2024, (PNE 2014), atual Lei nº 13. 005, aprovada dia 25 de junho de 2014. Tal lei, baseada a partir de um processo de revisão da redação inicial do atual PNE, começado em 2010, derivou-se por um debate incisivo na Câmara dos Deputados cuja repercussão, estendeu para as conferências estaduais e municipais de educação nos anos posteriores. Alguns trabalhos vêm acompanhando e descrevendo esse momento: (REIS; EGGERT, 2017; GOMEZ, 2017; AMORIM; SALEJ, 2016; AMARO, 2016; TOLLOMEOTTI; CARVALHO, 2016).

Dos embates importantes, era a manutenção ou não do termo gênero, que na proposta inicial, propunha-se inferir o combate das desigualdades sociais nos planos e metas do PNE 2014. Nesse momento, a expressão “ideologia de gênero” repercutiu na opinião pública, sendo na *internet*, o aumento da grande circulação do debate e das diversas controvérsias possíveis sobre o conceito. Definitivamente, o veículo não tem um claro controle da manipulação das pessoas sobre determinados debates, visto certa liberdade e autonomia proporcionada nas redes e plataformas *online*.

A “ideologia de gênero” pode ser lida como um sintagma, como elucida Rogério Junqueira (2014), pois passa por certa controvérsia acerca do que podemos ressaltar sobre os estudos de gênero. Uma tentativa de colocar teoria de gênero como sinônimo desses estudos, além de certa confusão na substituição de teoria por ideologia. O autor comenta haver certa concordância “que o nebuloso sintagma “teoria/ideologia de gênero”, com suas variações, é uma invenção católica que emergiu sob os desígnios do Conselho Pontifício para a Família e de conferências episcopais, entre meados da década de 1990 e no início dos 2000”. (JUNQUEIRA, 2014, p. 26).

Segundo Junqueira, vários documentos produzidos nesses eventos, possivelmente, serviram de fonte estratégica para disseminação do “alarme” no final do século XXI. Talvez como uma contraofensiva a documentos aprovados na conferência internacional sobre População, no Cairo em 1994 e a Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Pequim. Uma contraofensiva produziu algumas concepções gerais sobre a suposta “ideologia de gênero”. Na percepção elaborada sobre “ideologia de gênero”, e o que reflete nesses documentos, a expansão de políticas de adoção da categoria gênero diz respeito a um mecanismo de doutrinação que desrespeitaria as diferenças biológicas de homens e mulheres. Além disso, para essa percepção, ativistas de gênero teriam o intuito de colocar seus objetivos de abolição da natureza em prol de políticas “anti-vida” como aborto ao infiltrar-se em entidades internacionais como a ONU¹.

O conceito de “ideologia de gênero” vem agindo como artifício discursivo bastante potente e de ampla difusão, nesse momento histórico, no Brasil e no mundo.

¹ JUNQUEIRA, 2014, p. 31 – 33.

Segundo o autor, um “movimento transnacional anti-gênero”, sendo que esse movimento apresenta no seu cerne de divulgação, grupos e entidades internacionais, na Europa, ligada às frentes conservadoras da Igreja Católica. Nessa teia, desde meados dos anos 1990, essa série de documentos, produzidos em diversos eventos episcopais, tornou-se de grande importância para a difusão de ações políticas reacionárias a políticas de gênero, com discurso de defesa a “família natural”. Em 2000, o termo aparece pela primeira vez, em um documento da Cúria Romana, descreve Junqueira:

[...] A ideologia de “gender” encontrou na antropologia individualista do neoliberalismo radical um ambiente favorável. A reivindicação de um estatuto semelhante, tanto para o matrimônio como para as uniões de fato (inclusive as homossexuais), costuma hoje em dia justificar-se com base em categorias e termos procedentes da ideologia de “gender”. Assim existe uma certa tendência a designar como “família” todo tipo de uniões consensuais, ignorando deste modo a natural inclinação da liberdade humana à doação recíproca e suas características essenciais, que constituem a base desse bem comum da humanidade que é a instituição matrimonial [JUNQUEIRA (PONTIFÍCIO Conselho para a Família, 2000, s/p.)2.2014, p. 36].

A produção dessa ação reativa, em torno das pautas de gênero, vem sendo, portanto, influenciadora dessa resistência das frentes conservadoras nacionais, comprometendo o avanço de direitos civis envolvendo políticas voltadas à equidade de gêneros e de sexualidades. No centro dessa resistência, o debate sobre a legalização do aborto, a reprodução artificial, uniões civis de casais homossexuais, a despatologização da homossexualidade, a criminalização da homotransfobia, e a mudança de sexo como direito público. O avanço desses direitos, que já teria sido parte de políticas em diversos países, como em países europeus, partindo de governos de maior abertura democrática, vem sofrendo uma forte reação por setores conservadores, sobretudo, religiosos.

Nesse contexto, existe um lugar de atenção às duas instituições sociais de grande foco reacionário, a família e a escola. Estas, por sua vez, estão relacionadas a uma idealização da educação das crianças serem de controle exclusivo da “família”, especialmente, ao que tange a educação moral e sexual. E nesse sentido, a grande movimentação, contrária à “ideologia de gênero”, é justificada como um compromisso de combater a “doutrinação”, que, supostamente, seria fomentada pelo feminismo e pelo marxismo. E desse modo, “a defesa da primazia da família na educação moral dos filhos se faz acompanhar de ataques aos currículos

e à liberdade docente, em nome do “direito a uma escola não-ideológica” ou a uma “escola sem gênero””. (JUNQUEIRA, 2014, p. 44).

No Brasil, a chamada “ideologia de gênero” veio ganhando força, e sendo massificada, a partir das últimas conferências estaduais e municipais de educação. Nesse caminho, revelou-se o “Programa Escola sem Partido”, um programa encabeçado pelo procurador do estado de São Paulo, Miguel Nagib, como destacam Amorim e Salej (2016). Um programa, pois, aproximando-se dos ideais desse movimento transnacional descrito acima. Dos pontos centrais desse programa, alguns deveres são determinantes, com o objetivo de assegurar os ensinamentos morais das famílias, como prevê o inciso V do artigo 5º do anteprojeto de lei federal disponível na página *online* do programa², onde o professor tem o seguinte dever: “respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções.” Assim, também, podemos encontrar um caráter de posicionamento contrário às discussões de gênero na escola: “O Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero”.

Amorim e Salej (2016) apontam alguns problemas sobre a tentativa contraditória desse programa, a de propagandear uma noção de “escola neutra” de uma suposta ótica “não partidária”. Por uma perspectiva, sobretudo, de neutralidade, baseada “na ficção de um conhecimento que não é situado socialmente” (Ibid., p. 38). Também, as autoras argumentam que nesse programa, há a existência de mais partidos do que nunca envolvidos literalmente, tratando-se, pois, de uma proposição limitante da realidade e das potencialidades da vida social, ressaltando um “conservadorismo teatral”, que reage contra mudanças estruturais dos valores e das concepções sociais sobre as relações humanas, como as de gênero. Nesse momento, emergindo das profundezas da sociedade brasileira um conservadorismo que merece, de fato, um estudo mais detalhado. Salienta as autoras:

Esse conservadorismo de “costumes”, que se apresenta hoje na política de forma mais clara, tem algo de teatral. Ele não expressa somente uma reação a mudanças nos costumes, cada vez mais presentes, especialmente, no que concerne à moral sexual, sendo também uma reação das classes políticas às novas formas de organização das identidades sociais e de ação política e podendo servir como um

² Disponível em: <<https://www.programaescolasempartido.org/>>. Acesso em: 09 dez. 2017

véu que desvia a atenção de temas ou comportamentos que não desejam divulgar (Ibid., p. 40).

O crescimento bastante significativo de seguimentos políticos mais conservadores, ou talvez, de uma nova leva representativa de organismos sociais, vinculados a frentes religiosas, vem se destacando na tomada de decisões, nesse momento de intensa turbulência, especialmente, em diversas políticas públicas cujo foco envolve direitos humanos, entre estes, direitos reprodutivos e sexuais. Há, neste caso, uma possível apropriação de tais pautas. De outro lado, de maneira incisiva, esses seguimentos vêm impedindo a aprovação de projetos de leis orientados a tais demandas sociais. Souza (2013) afirma que seguimentos religiosos católicos e evangélicos têm participado de maneira incisiva na esfera política nacional.

Esses dois seguimentos têm se destacado na arena política nacional, influenciando o voto dos eleitores, apoiando campanhas eleitorais de candidatos mais afeitos aos seus interesses políticos e religiosos, posicionando-se contrariamente à candidatura de pessoas que destoem desses interesses, incentivando ou obstaculizando o desenvolvimento de políticas públicas etc. (SOUZA, 2013, p. 179).

Esta autora, por sua vez, ressalta que na Igreja Católica encontra-se certa ambiguidade, ora ela cria mecanismos de aproximação com o poder público ora se opõe a certos “regimes políticos em vigor”. Diferentemente, os evangélicos, sobretudo, pentecostais e neopentecostais vêm, diretamente, atuando diretamente na arena política. Diante disso, a vertente evangélica tem alcançado um espaço representativo eleitoral bem significativo. Souza (2013) elucida que essa vertente tem participado ativamente nos espaços institucionais, como em comissões de elaboração de projetos de lei voltado aos seus interesses, e, também, no embargo de projetos que contradizem seus preceitos religiosos. Dessa forma, a chamada “bancada evangélica” ganhou força, mobilizando-se contra determinadas políticas públicas, especialmente, as pautadas por movimentos sociais, como feministas e de LGBTs, contra: a legalização do aborto, a criminalização da homofobia, a união civil de parceiros do mesmo sexo, etc. De fato, vemos crescer na cena pública, ou ressurgindo nela, uma ação reacionária a certas mudanças sociais ocorrentes no Brasil. Um corpo de sujeitos reacionários, de modo um tanto caricato, que vem tomando os espaços públicos para marcar de forma incisiva suas visões de mundo e de valores.

A atuação frenética de instâncias religiosas, reivindicando-se contrárias a determinadas demandas dos movimentos sociais, combatentes das violências de gênero, vem se justificando por acreditar que a elaboração de políticas que debatem gênero na escola “vai contra ao desejo de uma maioria silenciosa”, correspondente à maioria cristã, que deriva da relação de maioria numérica, com uma expectativa controversa para pensar o avanço democrático³. Isso se refere a uma perspectiva que contrapõe a materialidade histórica das relações de desigualdades, entre diversos sujeitos presentes na sociedade brasileira, atingidas e combatidas ao longo da história, sobretudo, no processo de redemocratização do país no final do século passado.

No mapa da violência de 2015⁴, houve um registro percentual muito significativo de violência contra mulheres ao longo de mais de uma década, colocando o Brasil no 5º lugar do *ranking* mundial das taxas de homicídio contra mulheres, sendo 4,8/ 100 mil habitantes, 2,4 vezes maior que a média mundial. Em 2013, cerca de 50, 3% dos homicídios femininos foi perpetrado por algum membro da família das vítimas. Já no jornal O Globo, um relatório feito pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) destacou que a cada 25 horas uma pessoa LGBT é assassinada no Brasil, entre 2008 e 2016 quase um total de 900 travestis e transexuais. Mais uma vez, o Brasil continua como liderança mundial em violência contra LGBTs⁵. Será que a população não quer falar de gênero, e não necessita?

Nos resultados de uma pesquisa Ibope realizada para o *Católicas pelo Direito de Decidir*, com o objetivo de levantar a opinião da população brasileira sobre a abordagem de assuntos relacionados à educação sexual e igualdade de gênero nas escolas, a maioria da população tem se mostrado com uma posição bastante interessada pela temática. Neste seguimento, uma média de 84% da população concorda em discutir questões sobre leis que envolvem a violência contra mulher, métodos contraceptivos, o direito de cada pessoa viver sua sexualidade, doenças sexualmente transmissíveis e igualdade entre homens e mulheres. A

³ A Ideologia de Gênero não é safadeza. É só uma compreensão profundamente equivocada: <<https://www.youtube.com/watch?v=-N3OHkkodYM>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

⁴ WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da violência 2015: Homicídios de mulheres no Brasil <<http://www.mapadaviolencia.org.br/>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

⁵ Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/a-cada-25h-uma-pessoa-lgbt-assassinada-no-pais-revela-pesquisa-21350643>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

pesquisa segue algumas variáveis, como idade, nível de escolaridade, classe social e religião. Entre católicos e evangélicos, cerca de 70% vão de acordo com os resultados positivos⁶.

E por que não falar de gênero na escola? Em tese, para alguns, o problema ameaçador do tema é, definitivamente, uma expressão muito enfática nas falas dos grupos e sujeitos presentes nos conteúdos selecionados a ser discutidos, sobretudo, no capítulo 2. Como ponto de partida, observamos uma crença na ameaça da existência da “família” pela “ideologia de gênero”, porque para tais sujeitos, a família é “o último reduto de autoridade da criança”. Por isso, a necessidade de combatê-la, já que se observa uma forte reação diante do forte interesse da população pela temática. Nesse âmbito, entendemos que a reação parece caricatural e bem forjada, partindo de agentes que tentam ocultar, ou negligenciar, a realidade sobre as desigualdades e violências causadas por discursos e assimetrias de gênero, e ao mesmo tempo, talvez ameaçados por essa “minorias social ativa”, que vem se tornando mais visíveis no contexto nacional.

Vejo também, certo reconhecimento a essa “minorias ativa” como sujeitos políticos, uma implicação que se dá na disputa de lugar na cena pública e nas deliberações de valores e instituições sociais, como a própria família. Esta, de fato, pode abarcar as diversas formas de organização social, afirmando-se há muito tempo, e contrapondo ao teor moral produzido pela frente conservadora. Ao ideal naturalista, no tempo contemporâneo, em tempos que emerge novas demandas jurídicas em jogo sobre o seu *status* histórico, como o debate da homoparentalidade⁷. Mas do que isso, uma principal mudança para pensar a reordenação da família, quando falamos da divisão sexual do trabalho, reelaborada ao longo da história, onde, certamente, houve a contribuição do feminismo, que a questionou e, sobretudo, vislumbrou formas que permitissem pensar as novas tecnologias reprodutivas e de controle natal.

⁶ Disponível em: <<http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/maioria-da-populacao-brasileira-e-favoravel-a-educacao-sexual-nas-escolas/>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

⁷ A concepção que traz uma junção de palavras para pensar a noção de parentesco dentro entre casais homossexuais. No Brasil, as pesquisas inicialmente se desdobraram para pensar os impactos causados às crianças entre casais homossexuais (UZIÉL, 2002).

No embalo de reforçar as normas e moralidades, contra a diversidade de gênero e sexualidades, pelos pressupostos dogmáticos cristãos, também chama atenção, a necessidade de pensar o amadurecimento democrático e os processos de secularização, e nesse campo, a laicidade do Estado, uma pauta necessária para questionar a dificuldade do estado brasileiro em gerir seus compromissos ao que tange o direito democrático social. Qual é o lugar dessa laicidade no Brasil?

Nesse caminho, percebemos um problema a ser analisado, como certos valores culturais que foram construídos ao longo da história, como parte de um “projeto biopolítico” de controle e de vigilância da humanidade, passam a ser retomados por esse conservadorismo, que vem “saindo do armário” depois de tantas transformações, aparentemente, superados pela história. Sobretudo, transformações que questionaram os dispositivos fundamentais para determinar um olhar generalizado e etnocêntrico para a diversidade humana, ao desejo, ao sexo e ao gênero. Presenciamos, portanto, o ressurgimento de concepções de mundo, embora haja um importante processo de democratização do Brasil. Dessa forma, há o retorno de “cosmovisões” da vida sexual e das relações de gênero, por intermédio das bases de formatação da sociedade ocidental, do determinismo biológico preso na amalgama judaico-cristã.

1.2 Ideologia e a “doutrinação marxista”

É inconcebível, diante da palavra ideologia, não fazermos uma historicidade de um conceito que ganhou formas distintas em vários momentos da história da sociedade moderna, tendo como ponto de partida, o nascimento do capitalismo. Marilena Chauí (2008) faz um percurso muito rico deste conceito, percorrendo os caminhos de formatação desse sistema econômico, a partir da crítica marxista da ideologia alemã, que fundamentou o nascimento do materialismo histórico. Sendo assim, tentaremos explorar um pouco sobre um dos “predicados ameaçadores da ideologia” e que, constantemente, aparece em tom de denúncia, a “doutrinação marxista”, ou em alguns outros conteúdos, o “marxismo cultural”. O pano de fundo dessa suposta denúncia origina-se da correlação da obra de Friedrich Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, publicada em 1884, com certas correntes teóricas dos estudos feministas cuja obra, além de trazer uma discussão sobre

constituição da “família burguesa”, da propriedade privada e do Estado, traz também, discussões importantes sobre o processo de subordinação da mulher.

No apanhado histórico feito por Marilena Chauí, o conceito ideologia teria aparecido inicialmente após a Revolução Francesa por Destutt de Tracy, no livro *Elements ideologie*, uma proposta bem ambiciosa de formulação de uma ciência responsável pela origem das ideias, “tratando-as como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano, enquanto organismo vivo, com o meio ambiente.” (CHAUÍ, 2008, p. 25). Tudo isso, no sentido de sinalizar e estruturar uma correlação entre vontade, razão, percepção e memória.

Outro posicionamento notório daquela época era a apropriação de Napoleão Bonaparte, dando um sentido pejorativo para ideologia e seus seguidores – os ideólogos. Ele a definia como uma ameaça à realidade francesa e para a história do povo francês na época, os ideólogos eram vistos como “metafísicos tenebrosos”. Dessa interessante curiosidade, como frisa Chauí, as infundadas acusações de Bonaparte aos ideólogos franceses eram percebidas por Marx aos ideólogos alemães cuja ideologia seria parte de uma percepção da ciência natural que “passa a designar, daí por diante um sistema de ideias condenadas a desconhecer sua relação real com a realidade” (Ibid., p. 28). A ciência positivista de Augusto Comte também apropriou do termo de Tracy, definindo como filosófico-científico. Nessa fase, conceitua-se ideologia como sinônimo de teoria, passando a ser responsável pela sistematização de todos os conhecimentos, e a sede positivista colocou, assim, uma hierarquização das ideias científicas positivistas numa posição de superioridade em relação a outros saberes, principalmente, o religioso. Explica a autora:

Como teoria, a ideologia é produzida pelos sábios, que recolhem as opiniões correntes, organizam e sistematizam tais opiniões e, sobretudo, na última etapa do progresso (na fase positivista ou científica), corrigem-nas, eliminando todo elemento religioso ou metafísico que porventura nelas exista. (Ibid., p. 29).

A confusão dada ao sintagma da “ideologia de gênero” parece se aproximar dessa mesma ótica da junção de teoria/ ideologia. Desse modo, percebe-se que há uma inversão ou uma mistura de concepções atreladas à noção dada pelo suposto “movimento anti-gênero”, em que teoria de gênero no singular se aproxima com a noção que Augusto Comte traçava como ideologia. O espírito científico positivista traz uma relação de hierarquia em prol de uma

visão evolucionista da noção de civilização, o que, de fato, coloca a própria concepção positivista como ideológica para o marxismo, acrescenta Chauí. Já Durkheim, “chama de ideologia todo conhecimento da sociedade que não respeite tais critérios de objetividade.” (Ibid., p. 32), agregando todas as noções subjetivas como ideológicas, caindo no mesmo positivismo ideológico de Comte, na tentativa de tratar os fatos sociais puramente isolados dos âmbitos das ideias e da experiência humana do sociólogo.

Marx baseia-se da dialética de Hegel, fazendo uma revisão crítica e apontando algumas ponderações de acordo com as críticas dos filósofos alemães, que tentaram abolir o sistema hegeliano apenas por um aspecto específico da sua filosofia, por meio de uma ideia universal de realidade humana que ignorava a realidade histórica da Alemanha da sua época. A crítica moderada de Marx, à filosofia hegeliana, é entendida como a relação mútua da história da natureza e da história dos homens.

Dos principais pontos da dialética de Hegel, atentamos ao reconhecimento de entender a cultura como representante das relações dos homens com a “Natureza”. No movimento traçado pela contradição, o “espírito” produz e manifesta à cultura, uma forma de exteriorizar parte de si. “Hegel mostra que exterior e o interior são as duas faces do Espírito, são dos momentos da vida e do trabalho do Espírito” (ibid., p. 43). A dialética seria o pensamento dividido em dois polos, em que a história aparece “como processo temporal movido internamente pelas divisões ou negações (contradições) e cujo Sujeito é o Espírito como reflexão” (Ibid., p. 43).

O idealismo criticado por Marx está no modo em que o sujeito é, ao mesmo tempo, seu objeto. Para Marx, a contradição não deve ser a contradição do “Espírito” consigo mesmo, “a contradição se estabelece entre homens reais em condições históricas e sociais e chama-se luta de classes” (ibid., p. 47). A história e a reflexão conservada por Marx se dão em uma dialética materialista e não espiritualista, porque não se trata de matéria física e química, mas de matéria social, em que as relações de produção e reprodução são reificadas. Além disso, as classes sociais não são coisas nem ideias, mas relações sociais, determinadas pelo modo como as pessoas se estabelecem na produção de suas condições materiais de existência.

A dialética é materialista porque seu motor não é o trabalho do Espírito, mas o trabalho material propriamente dito: o trabalho como relação dos homens com a Natureza, para negar as coisas naturais enquanto naturais, transformando-as em coisas humanizadas ou culturais, produtos do trabalho. (Ibid., p. 53).

A aplicação da dialética de Hegel para filosofia do Direito está presente na constituição da sociedade civil. O Direito aparece como fonte reguladora das relações estabelecidas entre as pessoas livres, proprietários de si e das coisas, e porque, naturalmente, faz com que o sujeito carregue consigo a vontade de ser proprietário, a consciência dessa vontade cria o sujeito. Hegel inspira-nos a pensar nas contradições e na formação do sujeito, porque o sujeito moral vive a contradição da relação com contrato social e a quebra do contrato. Nessa dialética, inicialmente, a família surgiu com o objetivo de conciliação dos sujeitos, a partir das múltiplas famílias, a contradição permitiu a formação da sociedade civil, e com a necessidade de lidar com certos conflitos, diferenciou o direito público e o privado.

Dentre as três partes que formam a dialética hegeliana, encontram-se posição, negação e contradição das ideais. Diante disso, a sociedade civil passa ser a negação da família, no sentido de demonstrar que a família não depende de si própria, mas da sua relação com a sociedade civil. E nesse caminho, observa-se a formação das classes sociais, ressaltando novamente as contradições, que desembocaria nas lutas de classes. Nesse momento, Marx conserva pontos importantes para pensar a dialética hegeliana, acentuando o idealismo que frisa a visão de uma dialética, a relação dos sujeitos com a materialidade das coisas e a capacidade de transformação dessas coisas na humanização, em um produto humano. No seu pressuposto, pela produção simbólica, é adquirido o conceito de alienação hegeliana, pois “não viria do Espírito, mas dos homens reais em condições reais” (Ibid., p. 54). O trabalhador na sociedade capitalista não perceberia, de fato, o seu lugar complexo nas relações, porque olharia a mercadoria de forma objetificada, atendendo-se apenas pelo seu valor de uso e de troca. Outro aspecto crítico de Marx, à ideologia alemã, é de entender a alienação não apenas na religião, mas de reconhecer a alienação religiosa como um dos aspectos reais da alienação, elucidada Chauí.

E desse seguimento, a análise marxista fornece algum subsídio teórico para discorrer sobre o lugar da família na base formadora da sociedade ocidental e do seu lugar de defesa do “movimento anti-gênero”. A base analítica marxista é a divisão do trabalho, que acaba intervindo nas bases de discussão do feminismo sobre a divisão sexual do trabalho. Do ponto de vista de Marx, a partir do momento em que o homem adquire a consciência da

interdependência com a natureza, adquire, também, a consciência da sua distinção com relação ao animal. Segundo Marx e Engels:

“A divisão do trabalho só se torna efetivamente divisão do trabalho a partir do momento em que se opera uma divisão entre o trabalho material e o trabalho intelectual. A partir desse momento, a consciência pode de fato imaginar que é algo mais do que a consciência prática existente, que ela representa realmente algo, sem representar algo real.” (MARX; ENGELS, 2007, p. 26).

Dentro disso, Chauí aponta a ideologia da competência nesse trajeto histórico de deste conceito, assumindo uma conexão mais recente do capitalismo ao refletir suas novas formas de estruturação pós Marx. Na “ideologia da competência”, a relação humana com a produção se torna ainda mais invisível diante das novas tecnologias de produção, sobretudo, diante da consolidação da ciência, já que surge o lugar do especialista. Este, por sua vez, controlado pela “Organização”, que o distancia das relações entre os outros trabalhadores e de qualquer forma da organização política. A “Organização” tem como princípios, portanto, administrar, no sentido de introdução da racionalidade, instaurando a eficiência por meio de uma administração científica racional, embora diferente da ideologia burguesa, em que havia, “o pai, o patrão, o padre ou o pastor, o professor, o sábio”, ou seja, os agentes produtores das ideias desapareceram. “O discurso da Organização afirma que só existe racionalidade na lei do mercado; o discurso do especialista afirma que só há felicidade na competição e no sucesso de quem vence a competição” (Ibid., p. 107).

A ideologia explicada por Chauí possui mesmo um pano de fundo da concepção marxista, no sentido da sua implicação no apagamento das diferenças e da realidade em constante transformação. A necessidade de observação da materialidade histórica tem fundamento real para aproximação melhor em relação ao entendimento da formação de um sujeito histórico, já que não é possível garantir a manutenção de lacunas deixadas pela ideologia. Lacunas estas, deixadas por um discurso racional coerente, porém exageradamente simplificado diante da complexidade da vida real e pela experiência das relações sociais. A idealização da família, por exemplo, produz uma condição simplificada de percepção das formas de organização social e das diferentes contextos e circunstâncias sociais cujas diferentes formas de família são formadas, reforçando a sobreposição da “família burguesa” para o pensamento capitalista moderno.

O contrato econômico de duas famílias permite a transmissão do capital, nesse momento, onde passamos para as normatizações de certas proibições no campo das relações de gênero. Nesse sentido, portanto não se podem mostrar as lacunas históricas. Complementa Chauí, a família se apresenta no singular, pois não é burguesa, nem proletária, nem pequeno-burguesa, ela é marcada pela proibição do adultério feminino, porque compromete o contrato econômico das famílias, impedindo a possibilidade do direito à classe pobre ao aborto e aos métodos contraceptivos decentes, já que o mercado necessita de mão de obra barata. Enquanto isso, no advento da indústria automática, o planejamento familiar vem proporcionar uma condição de diminuição da superpopulação de desempregados. Nesse seguimento, as classes médias acendidas passam a comprar a “idealização burguesa”, conservando o ideal de família burguesa, ou nuclear, em que o ideal simbólico da autoridade paterna e da domesticidade materna vai sendo reproduzidos. A idealização da virgindade das filhas, da heterossexualidade como a única e legítima forma de relação sexual, já que a homossexualidade supostamente não possibilitaria a reprodução – o que bem sabemos que não corresponde à realidade, como demonstram pesquisas como de Souza (2005), Tarnovsky (2002) e Uziel (2002).

Já que a ideologia não tem história, como pensar isso em relação aos estudos de gênero? Como considerar tal elucidação da Chauí e o olhar para o gênero como ideologia, será que não existe dominação dos homens sobre mulheres? Será que não existe violência de gênero? Gays, transexuais, lésbicas, bissexuais realmente não vivem opressão, não são assassinados (as) diariamente no Brasil pela sua condição humana dissonante à *cisnormatividade* e *heteronormatividade*⁸? Será que as crianças nas escolas não vivenciam desigualdades de gênero? Será que um menino com trejeitos femininos não sofre nenhum tipo de opressão pelos coleguinhas da escola? Será que mulheres não vivenciam violências domésticas diariamente no Brasil? São tantos exemplos, que encerro, retomando a pergunta do capítulo anterior. Por que não falar de gênero? Será que não vivenciamos mais uma ideologia da família do que uma ideologia de gênero, nos termos da materialidade histórica?

⁸ Cisnormatividade: “A construção discursiva destes traços como constituintes dos gêneros naturais, normais, verdadeiros e ideais – com a consequente estigmatização, marginalização e desumanização de gêneros inconformes – caracterizarão a cisnormatividade” (SIMAKAWA, 2015, p. 61).

Heteronormatividade: “[...] aquelas práticas localizadas e aquelas instituições centralizadas que legitimam e privilegiam a heterossexualidade e relacionamentos heterossexuais como fundamentais e ‘naturais’ na sociedade” (COHEN, 1997 *apud* SIMAKAWA, 2015, p. 68).

1.3 Gênero: de uma “ideologia feminista” para uma categoria analítica

Faremos aqui uma breve explanação da categoria gênero e de seu uso e aplicabilidade social e política na sociedade contemporânea. A situação de intensa resistência com o conceito, culminando na sua retirada do PNE 2014, mostrou certa equivocação ou distorção sobre a história e produção intelectual, especialmente, sobre a sua base analítica correlação as possibilidades de constituição do sujeito. O quadro distorcido proposto em relação ao conceito de gênero demonstra-se bastante articulado, porém com discursos que contraria a dinâmica histórica de desenvolvimento conceitual desta terminologia e de seu arcabouço intelectual. A manipulação dos discursos tornou-se uma condição estratégica e reduzida da categoria ou da terminologia gênero pela singularização teoria/ideologia. Um ponto importante, talvez, a ser ressaltado é a distorcida relação com a teoria da construção social.

Da ideia apresentada nos discursos, a teoria/ideologia de gênero anularia a identidade humana numa radical relativização humana a ponto de eliminar o olhar para a anatomia humana, ou para “natureza das coisas”. E desse modo, a suposta “ideologia de gênero”, na sua incursão no contexto escolar, causaria, portanto, uma confusão mental nas crianças e na relação com sua família. Para os defensores desses discursos, a “ideologia de gênero colocaria na cabeça da criança” uma visão de mundo que perverteria à ensinada pelos seus pais. Nesse ponto, para os defensores desses discursos, “roubo da identidade humana” é uma frase central que demonstra um efeito de alerta.

Gênero é um conceito bastante relacionado a uma série de estudos e materiais teóricos, inicialmente desenvolvidos ao longo da segunda metade do século XX. Na sua perspectiva geral, pressupõe compreender como as relações de masculinidades e feminilidades são construídas e reconstruídas, seja no âmbito da vida sexual, da vida familiar, das identidades, da ciência e da tecnologia, e entre muitos outros debates que amplificaram os estudos de gênero. O arcabouço desses estudos trabalha na observação da dinâmica humana, tentando evidenciar a diversidade presente na dicotômica divisão do sexo masculino e feminino cuja perspectiva define, politicamente, as relações de poder determinados ao longo da história, por intermédio dos discursos e ideias que subjugarão determinados gêneros sob outros. E desse modo, destaca-se a importância do feminismo como grande precursor dos

estudos de gênero, sendo determinante para a produção de material investigativo que revelou pressupostos importantes para problematizar certas estruturas de poder dominantes no mundo ocidental.

Segundo Joan Scott (1995), o gênero apareceu como um termo de “conotação mais objetiva e neutra do que mulheres”. Nesse sentido, como uma forma de legitimação na década de 1980 dos estudos feministas no espaço acadêmico das ciências sociais. Tratava-se, portanto, de um termo com teor mais geral, ampliando para uma perspectiva não apenas política marcou o feminismo. De fato, explorando a dialética entre homens e mulheres, ao pensar na categoria gênero para mulheres, concretizou-se as relações de ambos. Entendendo a relação entre os sexos de modo mais amplo, explica a autora:

Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. (SCOTT, 1995, p. 75).

Para Scott, a análise de gênero por um viés “inteiramente feminista” se deu nas reflexões do patriarcado, sobretudo, refletindo sobre a “objetificação sexual”, a “sujeição feminina” e “dominação masculina”. Em outro viés, segundo a autora, que a tradição marxista, o feminismo se deu por uma abordagem mais histórica sobre a divisão sexual do trabalho - a escola anglo-americana da “relação de objeto”. A terceira posição teórica é ligada ao pós-estruturalismo francês. Nestas duas últimas posições, há uma contribuição interessante para pensar as bases da constituição da identidade do sujeito. Pelo pós-estruturalismo, um forte uso da perspectiva lacaniana retoma alguns “dramas edipianos” e do “rompimento do falo” na relação com a família. Nesse quesito, envolvendo a ambiguidade do masculino e feminino e o potencial da bissexualidade.

A autora faz uma crítica, ao perceber a limitação destas teorias com o sujeito individual e seu universo familiar, pelo binarismo masculino e feminino de modo permanente. Scott (1995) faz uma definição para gênero da seguinte forma: “o gênero é um elemento

constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos [...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Ibid., p. 86).

A tentativa de Scott fornece a capacidade de conceber gênero como uma categoria de forte influência para entendimento das relações sociais em seus vários lugares, desde as relações de parentesco, onde a antropologia tem forte contribuição, e para outros âmbitos da vida social. Acima de tudo, direcionando o pensamento para formação da sociedade moderna ocidental, no mercado de trabalho, na educação, na política, entre outros campos. Os estudos de gênero serviram (e ainda servem) de base para dar significado e concretude à compreensão das relações de poder, já que “estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social” (SCOTT, 1995, p. 88).

Alguns vídeos descrevem um pouco da trajetória dessa categoria de modo simplificado e tendencialmente com certas distorções da ordem histórica, da qual possibilitou a incorporação do conceito para um uso passível da compreensão e categorização das diferenças movidas pelas masculinidades e feminilidades. Ao mesmo tempo, há nos discursos desses conteúdos um pressuposto de grande resistência ao movimento feminista, sendo este evidenciado a partir da citação de intelectuais que marcaram e marcam o movimento ao longo da história. Nessa movimentação anti-gênero, o feminismo é relacionado veementemente a uma “organização” ideológica aliada ao marxismo com intuito de “destruir a família”. Algumas das interpretações simplificadas são enfáticas a um tom de perigo e de ameaça. O feminismo é visto como aquele que define que “todo o homem é um estuprador em potencial”, onde o combate das desigualdades entre homens e mulheres é interpretado como uma forma de acabar com as diferenças (fisiológica) entre homens e mulheres, e, portanto, “atacar a heterossexualidade”. Em tom irônico, um dos sujeitos desses vídeos enfatiza que na “ideologia de gênero, tudo é construção social e tudo é relativo”⁹.

Estas certas interpretações demonstram um fundamento reativo, de certo modo, compreensível, porque o que está em jogo é a manutenção de determinada ordem e de lugar de poder, o que está em jogo é como o mundo foi estruturado e seu constante processo de reestruturação. Isso, pela dinâmica cultural e política da sociedade, decorrente da história,

⁹ Ideologia de gênero na escola e que se dane a lei: <<https://www.youtube.com/watch?v=EjcIphzY5f0&t=313s>>. Acesso em: 07 dez. 2017.

porque, evidentemente, o debate vem marcando não apenas uma política pública educacional, mas como certos sujeitos não hegemônicos vêm reivindicando e disputando espaços dominados pelos sujeitos hegemônicos da sociedade brasileira.

Segundo o padre Paulo Ricardo, em outro vídeo visualizado, o termo gênero entrou como “vírus linguístico”, apropriando das pautas das mulheres, porque incorporou outros sujeitos para além das mulheres biologicamente constituídas, porque, segundo ele, a “ideologia de gênero” definiu que não existe mulher, complementando sua fala: “se não existe um sujeito claro do qual você irá defender os direitos, você não conseguiria defender o direito de ninguém”, para ele, o gênero estaria “roubando a agenda de defesa da mulher”¹⁰. E mais, ele ressalta que o gênero faria parte de uma agenda do “marxismo cultural”, onde “as cabeças” seriam as feministas envolvidas nos estudos de Marx e Engels¹¹ e que a “família” aparece como pauta central da “ideologia de gênero”.

Dando seguimento, Piscitelli (2009) destaca a necessidade de se discutir gênero como uma rede de debates para refletir as relações dispostas nas diversas sociedades, entre homens e mulheres e as noções de masculino e feminino, no sentido preciso, observar as violências diversas que compreendem tais relações. Igualmente, a necessidade de se discutir gênero tem um fundamento básico em rever a construção histórica da humanidade, ampliando a dimensão universal da concepção humana em relação a sua dimensão específica, diante das plurais formas culturais de apresentação dessas relações.

A trajetória descrita pela autora mostra que o conceito de gênero tem seu “pai fundador”, o psicanalista Robert Stoller no congresso psicanalístico de Estocolmo em 1963. A proposta inicial, o sexo estaria para a biologia e gênero para cultura, uma separação de natureza e cultura que, também, guiava o debate científico e filosófico da época. Explica a autora:

Stoller afirmava que esse conjunto de possibilidades existe porque a "identidade de gênero", que está no plano da cultura, dos hábitos e dos aprendizados, não deriva dos genitais, que "pertencem" à natureza, à biologia. "Por isso, é preciso separar

¹⁰ Desmontando a ideologia de gênero: <<https://www.youtube.com/watch?v=ir-bFmGZgB8>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

¹¹ O sujeito do vídeo faz referência à obra de ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade e do Estado*. Publicada em 1884.

natureza de cultura, entendendo que o que define as diferenças de gênero está no âmbito da cultura.” (PISCITELLI, 2009, p. 125).

O conceito passou por uma sofisticação ao longo do tempo, uma contribuição feita pelo pensamento feminista nos anos seguintes. Importante salientar, que a antropologia tem sua contribuição anterior antes da tomada conceitual inaugurada por Stoller, elucida a antropóloga. Em anos anteriores, Margaret Mead problematizava os papéis sociais delimitados para homens e mulheres no ocidente, trazendo uma ruptura com a visão fixa dessa divisão a partir de seu material etnográfico de três tribos da Nova Guiné¹².

As reflexões de Mead foram bastante importantes para elevar as discussões sobre a relação da estrutura social com a personalidade, fazendo um questionamento do determinismo biológico para compreensão das personalidades humanas. Tudo isso, logo, forneceu elementos essenciais para a atualização das pautas do feminismo, culminando no que veio a ser chamado de feminismo de segundo onda cuja filósofa francesa Simone de Beauvoir apareceu como grande precursora. O seu livro, *O Segundo sexo*, de 1949, apontou novos aspectos da diferenciação assimétrica entre homens e mulheres. "Ninguém nasce mulher torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto”. (BEAUVOIR, 1980, p. 9 *apud* Piscitelli, 2009, p. 132).

A perspectiva de Beauvoir forneceu uma percepção do lugar de construção social da mulher, fazendo uma revisão histórica do seu lugar na sociedade, vendo a necessidade de elaborar estratégias de reconstrução, porque propõe considerar a mulher como uma categoria de identificação enquanto sujeito político. A construção social da mulher por Beauvoir demonstrou o lugar subordinado frente à dominação do homem por uma análise universalista da historicidade e da variação cultural do lugar desta subordinação, esclarece Piscitelli.

Outra questão para ampliação dessa abordagem são as discussões sobre o patriarcado como estrutura fundamental da subordinação da mulher. Categoria esta, fortemente debatida pelas feministas da segunda onda e ampliada mundialmente. Na projeção de entender as bases da dominação masculina, ou seja, o cerne da base de luta das feministas

¹² MEAD, *Sexo e Temperamento*, São Paulo: Perspectiva, 1999.

para superação das opressões. Embora o patriarcado fosse fundamental para as produções intelectuais e políticas da época, a sua universalidade passou a ser questionada frente aos diversos aspectos culturais que fomentam a noção de mulher. Segundo Piscitelli, o patriarcado transformou-se em um conceito “quase vazio de conteúdo, nomeando algo vago que se tornou sinônimo de dominação masculina, um sistema opressivo tratado, às vezes, como se tivesse uma natureza imutável.” (Ibid., p. 136).

Outro problema, a dificuldade do diálogo das feministas desse período com o movimento negro, principalmente nos EUA. Na visão geral, o conceito não era extensivo para relacionar com o lugar do homem negro em uma sociedade racista. A crítica se dá diante da existência real da relação estrutural, porque tanto homens negros quanto mulheres brancas estariam subjugadas ao sistema colonial branco e escravista, que restringe o acesso à ascensão econômica aos cidadãos racializados.

O patriarcado se tornou um conceito bastante aprofundado pelo feminismo negro. Isso, sobretudo, pela crítica pós-colonial antirracista. Por ventura, uma crítica direcionada ao lugar de dominação da cultura ocidental sobre os povos do “terceiro mundo”. A antropóloga e feminista afro-dominicana Ochy Curiel (2005) faz uma abordagem histórica da luta do feminismo das “mulheres racializadas”, e de seu aporte intelectual para o avanço das teorias feministas, além da ampliação da categoria de gênero em interseção a categorias raça e classe.

A autora elucida que, desde a década de 1970, as “feministas racializadas afrodescendentes e indígenas” vêm centrando sobre a estrutura de poder patriarcal e capitalista. Dessa maneira, promovendo uma ampliação sobre o tema da *colonialidade*. No entanto, frisa Curiel, a sociedade e a própria ciências sociais como a grade teórica do “pensamento decolonial” não as levaram muito em consideração, dando maior ênfase nas abordagens críticas das feministas brancas, com teorização e conceituação. Portanto, ressalta Curiel (2005), que a teoria pós-colonial contemporânea, sobretudo, na América Latina, vem fazendo uma genealogia epistemológica dessas feministas.

Curiel (2005), nessa tomada genealógica, salienta que mulheres negras estadunidense no século XIX, já vinham se posicionando contra o sexismo e o racismo. Segundo a autora, Maria Stewart foi a primeira mulher negra a pronunciar em público no país sobre o tema em uma conferência em 1831. Nos anos de 1950, as lutas pelos direitos civis dos negros no país tiveram como seu pivô a forte resistência de *Rosa Parks*, quando resolveu não

ceder o seu lugar ao homem branco, em uma época que a população afro-americana ainda vivia a segregação racial legal. Anos seguintes, a filósofa e ativista afro-americana Ângela Davis teve um papel importante na luta pelos direitos civis e na contribuição intelectual que abordasse a relação gênero, raça e classe, elementos essenciais para pensar o feminismo do “terceiro mundo”. Uma contribuição importante para a sistematização teórica do feminismo negro é da Socióloga Patricia Collins, trazendo uma matriz de dominação que serve de fundamento para o desenvolvimento do alicerce necessário para a construção de estratégias das lutas, de acordo com o protagonismo da mulher negra.

Para desarrollar definiciones adecuadas del pensamiento feminista negro es preciso enfrentarse al complejo nudo de las relaciones que une la clasificación biológica, la construcción social de la raza y el género como categorías de análisis, las condiciones materiales que acompañan estas construcciones sociales cambiantes y la conciencia de las mujeres negras acerca de estos temas¹³
(COLLINS, 1998, p. 289 *apud* CURIEL, 2005, p. 95).

Curiel (2005) destaca o papel do coletivo de lésbicas, feministas de cor e imigrantes do terceiro mundo *Combahee River*, que contribuiu no envolvimento da relação interseccional das opressões, sexista, racistas, heterossexista e classistas. Neste ponto, voltando na historicidade do conceito de gênero feito por Piscitelli (2009), é importante lembrar-se da abordagem teórica da antropóloga Gayle Rubin¹⁴ na articulação da sexualidade com o gênero ao retomar os estudos de parentesco sobre as trocas de mulheres trouxe uma ordenação das alianças de parentesco cuja conclusão determinou a ideia compulsória da heterossexualidade como padrão definidor das relações de parentesco. No entanto, as mulheres negras, ao retomar essa mesma reflexão, questionaram um lugar do olhar colonial e etnocêntrico, considerando a imposição imperialista de um modelo de parentesco aos seus antepassados de escravidão. Desse ponto, cabe rever como isso fomentou ainda mais para a construção das pluralidades dos feminismos, entendendo que o gênero deve ser tratado como um “sistema de diferenças”.

¹³ “Para desenvolver definições adequadas do pensamento feminista negro, é necessário enfrentar a complexidade das relações que une a classificação biológica, a construção social de raça e gênero como categorias de análise, as condições materiais que acompanham estas construções sociais mutantes e a consciência das mulheres negras sobre essas questões”. Tradução do autor.

¹⁴ RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo. 1993.

Assim, a ampliação da concepção de gênero veio da necessidade de gerar um suporte para o feminismo do terceiro mundo, dando destaque ao latino americano e caribenho. Curiel (2005) reflete pontos centrais para questionar as relações étnicos raciais cuja reflexão traz questionamentos sobre o lugar das mulheres latino americanas e caribenhas. Acima de tudo, questionando o “mito da democracia racial”, onde os problemas da mestiçagem são parte de uma análise histórica sobre a violação do patriarcado colonial às mulheres escravizadas negras e indígenas.

Filósofas e ativistas negras brasileiras como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro tiveram um papel crucial para esboçar uma crítica de denúncia aos traços coloniais, que determinaram o lugar das mulheres negras e indígenas no contexto urbano ocidental. Além disso, Curiel acrescenta o papel de feministas indígena que vem pontuando o combate às violências sofridas, enquanto mulheres e enquanto povos indígenas.

*El Black Feminism, el feminismo chicano y el feminismo afro e indígena en Latinoamérica son propuestas que complejizan el entramado de poder en las sociedades poscoloniales, articulando categorías como la raza, la clase, el sexo y la sexualidad desde las prácticas políticas donde han emergido interesantes teorías no sólo en el feminismo sino en las ciencias sociales en su conjunto*¹⁵ (CURIEL, 2005, p. 100).

As críticas pós-coloniais e decoloniais contribuíram para a complexidade que a categoria gênero ganhou ao longo do tempo, aprimorando a sua percepção como categoria de análise histórica e política. Nesse caminho, um dos desfechos históricos se deu na virada dos anos 1990, a partir da junção das sexualidades em consonância com as identidades de gênero. Sobretudo, tendo em vista o suporte teórico da construção social dos sujeitos.

Na centralidade da teoria ou teorias de construção social, Vance (1995) apresenta várias correntes, especialmente as análises transculturais sobre sexualidade e estudos de gênero. Com isso, as feministas acadêmicas e ativistas trouxeram uma nova roupagem sobre a noção natural do gênero. Contudo, no caso da sexualidade, houve muitos questionamentos no

¹⁵ “O feminismo negro, o feminismo Chicano e o feminismo afro e indígena na América Latina são propostas que descontroem a estrutura de poder nas sociedades pós-coloniais, articulando categorias como a raça, a classe, o sexo e a sexualidade desde as praticas politicas onde tem emergido teorias interessantes não apenas no feminismo, mas nas ciências sociais como todo”. Tradução do autor.

contexto acadêmico cuja antropologia deu forte contribuição pelo “modelo de influência cultural”. A autora argumenta que “a sexualidade não só está relacionada ao gênero, mas mistura-se facilmente a ele e muitas vezes se funde” (VANCE, 1995, p. 32).

O problema desse modelo, segundo Vance, embora reconheça as variações do comportamento sexual, acabou reduzindo os comportamentos e os atos sexuais em uma direção muito voltada a identidade sexual, e por uma perspectiva etnocêntrica para as sociedades não ocidentais. No entanto, esse modelo foi muito importante e acentuou um compromisso da antropologia sobre a ruptura do pensamento acadêmico da época, o qual restringia a sexualidade a uma simples função biológica. Piscitelli (2009) descreve que a filósofa estadunidense Judith Butler potencializou essa crítica ao demonstrar o jogo da relação sexo, gênero e desejo, como bases divergentes, ampliando a construção dos gêneros mediante a fusão sexo/gênero. Haja vista, portanto, o reconhecimento da discriminação de gênero para além das mulheres, já que atingem “também homossexuais, transexuais e travestis, sujeitos à violência, a agressões e assassinatos por conta de sua identidade e gênero” (PISCITELLI, 2009, p. 145).

1.4 A ideologia da família no pressuposto histórico e antropológico

Como salientado anteriormente, esse suposto “movimento anti-gênero” tem como principal reivindicação, a “família”. Nos discursos observados, a suposta “ideologia de gênero” pretenderia se infiltrar na educação com um propósito central, “destruir a ‘família’”. Para os sujeitos dos conteúdos visualizados, a “família” é compreendida como a base social que ainda sustentaria valores sociais e morais perdidos em grande parte da sociedade brasileira. Nesse âmbito, atuando como a responsável por preservar a educação moral, que contradiz todas as perversões mundanas da sociedade contemporânea, em alguns argumentos desses sujeitos, a “ideologia de gênero” tem o objetivo de atingir “o último reduto de autoridade da criança”, a família¹⁶.

¹⁶ O Capítulo 2 demonstrará melhor a análise dos conteúdos online como eixo central a família

Souza (1999) discorre de algumas transformações no mundo moderno, alicerce para pensar os estágios da vida que concebemos hoje, sendo um pouco da história da criança na concepção da modernidade e do sentimento que a interligou a família, enumeramos: a separação da infância, da adolescência, e da fase adulta. Souza elucida que o historiador Philippe Áries (1981) demonstrou que a educação das crianças antes da modernidade era direcionada para outras famílias, com advento do mundo moderno a Igreja passou a tomar maior controle desse papel. Em outro apontamento, Souza salienta que a filósofa Jeanne Marie Gagnebin (1997) demonstrou a importância de preservação da criança por Rousseau naquela época, já que havia uma aproximação dela ao instinto animal, prevendo pela sociedade da época que ela fosse propícia ao mal, além de um ser impotente e isento de racionalidade.

A necessidade de isolamento da escola haveria como objetivo preservar a sua inocência contra as convenções sociais dos adultos, dos atos promíscuos muito comuns com as crianças na época, porque desde os quatro anos já recebiam informações sobre sexualidade, mais especificamente com os garotos. Daí, o surgimento da inocência da criança com “base moral, pedagógica e religiosa”, salienta Souza.

No século XVIII a criança assume o papel central na família, quando a escola, já não mais reservada a um número restrito de clérigos, como na Idade Média, exerce um papel de isolamento, separando as crianças da sociedade dos adultos. Segundo Áries, no século XIX a escola separa a juventude da sociedade, que por sua vez “continua fiel à mistura das idades, dos sexos e das condições sociais” (SOUZA, 1999, p. 11).

Nesse percurso, o entendimento de idade foi prolongado e a partir do século XIX, houve uma separação da infância, adolescência e maturidade, embora antes a idade nunca fosse muito levada em conta para separá-la no interior da escola. Também, destaca Souza, nas literaturas da época, não havia muito à presença das meninas na escola, sendo mais perceptível no início do XIX. É importante considerar, que o sentimento de família havia surgido ao mesmo tempo em que o da infância. Nessa mesma época, a autoridade do marido sobre a criança passa ser maior ao direito da mulher de representá-lo. Isso parece algo construído ao longo da constituição da ideia de “família nuclear burguesa”, ou seja, em conformidade com os alicerces do capitalismo e da constituição do Estado de Direito.

Sarti (1994) demonstra que pontos desses padrões, na sociedade brasileira, são mantidos ainda nas classes baixas, ainda que não correspondesse ao padrão idealizado de família. Cruzamos aqui, um salto histórico bastante forte, mas que podemos articular com o tempo e o espaço, a partir dos marcadores simbólicos perpetuados pelos valores hegemônicos. Dentro da estrutura simbolicamente esperada, o papel de autoridade do homem se complementa no da mulher, no entanto, ainda existe uma hierarquia, onde a casa estaria para a mulher enquanto a família para o homem. “A distribuição de autoridade na família fundamenta-se, assim, nos papéis diferenciados do homem e da mulher” (SARTI, 1994, p. 47).

O provimento de sustentação da casa, no desígnio do homem, e o seu controle, no da mulher. Uma idealização fundamental, à manutenção de um equilíbrio moralmente cobrada para amparo desse ideal de família. No entanto, partindo da análise etnográfica de Sarti, a realidade que atinge as famílias pobres, sem dúvida, passa por certos ciclos, rompendo com esses preceitos simbólicos, como demonstra a autora “diante de uniões instáveis e empregos incertos”. O lugar do provedor não perpassa apenas ao marido, pode-se ampliar para toda rede de parentesco.

A família pobre não se constitui como um núcleo, mas como uma rede, com ramificações que envolvem a rede de parentesco como um todo, configurando uma trama de obrigações morais que enreda os indivíduos em dois sentidos: ao dificultar sua individualização e ao viabilizar sua existência como sustentação básicos. (Ibid., p. 49).

O sentimento histórico que atinge essas famílias corresponderia ao ponto inicial da história de formação desse sentimento por esta instituição social, ou seja, ao desenvolvimento da sociedade ocidental capitalista e, portanto, da “família burguesa”. Nesse sentido, passamos a beber na fonte teórica dos estudos de Marx e Engels, já que vemos uma correspondência bastante enfática dos discursos “anti-gênero” visualizados com a ideia de “doutrinação marxista”.

O ponto central de toda essa discussão está baseado na obra de Engels, “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”. Nesta obra, Engels retoma um arquivo de resenhas deixadas por Marx sobre a obra de Lewis Henry Morgan (*Ancient Society, or*

Researches in the lines of Human Progress from Savagery through Barbarism to Civilization)

Para Engels, o mérito de Morgan é ter restabelecido traços essenciais para pensar os eixos formadores da história antiga da Grécia, Roma e Alemanha. Seu ponto de partida, o acompanhamento da vida da sociedade indígena dos iroqueses, nos Estados Unidos. Evidentemente, partindo de um olhar evolucionista, que sistematizou uma linearidade histórica dos conhecidos estágios da pré-história humana, uma definição etnocêntrica da cultura ocidental, sendo: a selvageria, a barbárie e a civilização¹⁷. Nesse arcabouço, Engels tenta elaborar um estudo das formas primitivas da família. Segundo o grande colega de Marx, até meados do século XIX não havia qualquer trabalho sobre a história da família, se não fosse embasado na influência bíblica dos Cinco escritos de Moisés. Elucida Engels:

A forma patriarcal da família, pintada nesses cinco livros com maior riquezas e minúcias do que em qualquer outro lugar, não somente era admitida, sem reservas, como a mais antiga, como também se identificava – descontando a poligamia - a família burguesa de hoje, de modo que era como se a família não tivesse tido evolução alguma através da história (ENGELS, 1977, p. 6).

A passagem do direito materno para o paterno no passado grego teria sido formulada a partir de concepções religiosas por Bachofen, envolvendo o pensamento mitológico das divindades gregas, um ponto que problematiza Engels. Contudo, Engels considerou o pioneirismo de Bachofen como teórico na descrição de um material histórico sobre a promiscuidade sexual, onde parecia demonstrar naquela época, uma certa equidade de gênero entre homens e mulheres, já que a promiscuidade não era lida como violação moral por parte delas. Além disso, era descrito a variação do núcleo familiar com a exclusividade na linhagem feminina, ainda em períodos próximos à constituição da monogamia.

Em contrapartida, o nascimento da família monogâmica veio junto com a mudança do direito materno para paterno, e ao mesmo tempo, o surgimento da sanção acerca da promiscuidade sexual, sendo moralmente impedida, sendo a infidelidade do homem a regulamentada pelo *Código Napoleônico*. Instauraram-se, assim, as bases formadoras da família burguesa, que Engels vai aprofundar para pensar o lugar jurídico de determinação da

¹⁷ Prefácio à primeira edição/1884 e à quarta edição/1891. ENGELS, 1977.

herança, em que a monogamia passa a definir a noção consanguínea de parentesco como eixo localizador da família e do direito de herdar.

Fazendo uma ponte com Engels, é interessante enfatizar as formatações sexuais para contrastar com o berço moral da sociedade de sua época, pelo qual era esboçado por um olhar que refletia a definição de um projeto civilizador. Assim, houve o surgimento da família monogâmica como fase de finalização da barbárie. O etnocentrismo elaborado pelo evolucionismo cultural impedia considerar os próprios iroqueses, com os quais o próprio Morgan conviveu, impedindo enxergar a variabilidade cultural presente na organização social desses povos. Isso, anos depois foi questionado pela Escola americana de Antropologia, ressaltando a participação dos herdeiros da antropologia cultural de Franz Boas. Um debate de importante contribuição, às críticas ao parentesco etnocêntrico ocidental, por David Schneider (1984). Mas no tocante ponto, as análises de Engels vêm promover um questionamento da construção de um lugar subalterno às mulheres para a família monogâmica, burguesa e nuclear.

A monogamia não aparece na história, portanto, absolutamente, como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como a forma mais elevada de matrimônio. Pelo contrário, ela surge sob a forma de escravidão de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre os sexos, ignorado, até então, na pré-história. (ENGELS, 1977, p.70)

Das elucidações de Schneider¹⁸, a sua crítica central às elaborações analíticas de Morgan, era de que o evolucionista reduziu o parentesco à biologia, partindo de um pressuposto marcado pela “nossa biologia”, ou seja, a partir do entendimento ocidental científico. Segundo ele, Thomas, Durkheim, Van Gennep e Rivers, na crítica ao Morgan, entraram em caminhos tortuosos ao separar o parentesco físico (herança sanguínea) do parentesco social (cultural), dando muita ênfase neste em detrimento do outro, o que Schneider entendeu como irrelevante, porque tornaram a cair no rito etnocêntrico da

¹⁸ David Schneider, A critique of the study of Kinship. 1984.

construção social do parentesco de povos não ocidentais, a partir do entendimento e distinção dado ao próprio parentesco ocidental.

A crítica de Schneider está na separação dos fatos biológicos dos fatos sociais, dado que o parentesco aparece nesses autores como uma metáfora das relações biológicas. Para Schneider, não se pode entender o parentesco social acima do físico, porque não se faz o suficiente para trazer a concepção nativa de parentesco. Por isso, sua argumentação se faz em reconhecer que fatos biológicos, como a consanguinidade, também estejam presentes no parentesco nativo. Contudo, não se pode reduzi-la a noção de consanguinidade da cultura do antropólogo/a.

Na sua contribuição, o antropólogo vê a consideração da noção do parentesco da cultura euramericana como parte de uma cosmovisão diante da teoria genética, em que a separação de parentesco e consanguinidade corresponde à divisão entre natureza e cultura. Nisso, o envolvimento limitado à lei e aos costumes, demonstra uma fusão destas dicotomias que reforça ainda mais uma visão naturalizada de família, restringindo à consanguinidade, porém com carga moral muito determinante para o debate a ser feito nesse esboço sobre a “ideologia de gênero”.

Dando um salto, e retomando o foco na “ideologia da família” no contexto brasileiro, Almeida (2004) destaca que o termo parentesco para antropologia, acaba sendo mais usual por atender essa expansão da fronteira, do que tange a “família nuclear unidomiciliar”. Sendo, família, uma concepção moderna do mundo ocidental e limitada a pensar as sociedades não ocidentais estudadas pelos antropólogos. No contexto brasileiro, o assunto teria um peso teórico a partir do clássico livro, *Casa Grande Senzala*, de Gilberto Freire. No período colonial, a configuração prevista era de uma família patriarcal extensa, onde o senhor proprietário de terra detinha do controle social, sobretudo, dos negros escravizados. Segundo a autora, esta leitura já teria sido revista, por não haver uma organização das famílias tão reduzida diante da complexidade social da época, principalmente, da população urbana, sendo mais provável esta configuração da obra de Freire às elites agrárias da época.

Nessa oposição, família nuclear e família patriarcal, há uma variedade de arranjos, embora se eleve o termo família. Os arranjos de parentesco são múltiplos e se distanciam

bastante da família nuclear, que pela visão do senso comum, podem ser entendidos como “famílias desestruturadas”, envolvendo as classes pobres e o preconceito de classe.

Dessa maneira, Almeida (2004) discorre que muitas dessas perspectivas transparecem uma visão de “falta” e de “erro”. Visto a não demonstração das variações socioculturais. Segundo ela, muitos censos e dados quantitativos dificultam a expansão de uma ampla perspectiva, por centralizar a análise no domicílio. Ainda mais, quando a realidade social envolvida nesses diversos arranjos é atrelada à articulação das necessidades cotidianas. A autora elucida que questões econômicas podem servir como dispositivos de configuração desses diversos arranjos familiares. Esta afirmação demonstrou Sarti (1994), ao fazer a etnografia das famílias de baixa renda. O que estaria por traz desses arranjos no âmbito simbólico e da cultura?

2. A IDEOLOGIA DE GÊNERO E A FAMÍLIA EM UMA ANÁLISE MULTISSITUADA

Neste capítulo, ressaltarei alguns pontos centrais observados nos conteúdos analisados. Considerando-se, sobretudo, o apontamento de algumas controvérsias entre a suposta “ideologia de gênero” e a concepção hegemônica da instituição familiar. Nessas ambiguidades, correlacionaremos a tomada da família como ordem moral e de controle das mudanças estruturais da nossa sociedade, evidenciando o acionamento de um pânico moral de proteção dessa instituição social.

O pânico moral sobre as políticas de gênero é algo constantemente retomado em diversos momentos da história. O acionamento dos pânicos morais é parte de um movimento constante a mudanças sociais latentes. Natividade e Oliveira (2009) caracterizam-nos de estratégias ideológicas para determinar um consenso, limitando a heterogeneidade intrínseca na sociedade e nessas mudanças. O mecanismo sutil que leva ao alarde e a necessidade enfática da manutenção e reforço das normas dominantes. “A “ideologia” dominante é veiculada no interior das mensagens e das imagens que incitam ao medo, e é entendida não

como distorção da verdade, mas como arma política que opera por meio de uma mobilização do senso comum” (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2009, p.157).

Neste embate, mais uma vez esse mecanismo é bastante comum ao acionar a hegemonia da tradicional família brasileira. A ordem do discurso estaria presente no acionamento desse modelo de família como única protetora dos “valores morais e tradicionais” para muitos grupos e sujeitos em questão. A sua manutenção mostra sua força e autoridade perante a sociedade brasileira. A família idealizada nesses discursos é rígida à mudança, é biológica, mas, ao mesmo tempo, moral e cristã.

O extrato central dessa construção reflexiva sobre o que vem a ser a “ideologia de gênero”, sem dúvida, possui um desdobramento bastante atrativo para análise antropológica sobre o lugar da família na sociedade brasileira. O formato, que ela vem sendo apresentada, nos conteúdos da análise, possibilita a concentração em pilares discursivos de dicotomias centrais da antropologia. A relação natureza e cultura, como ciência e religião, são relações fundamentais do comprometimento antropológico ao longo da história da disciplina. Tudo isso, como essencial para os estudos de parentesco, e tangível ao debate contemporâneo, como esboçado na seção 1.4.

O exercício de lidar com essa instituição, que parece ser tão singular, e ao mesmo tempo tão complexa, talvez não seja pela via etnográfica ao modo clássico, mas por um plano analítico multissituado, observando a estratégica teórica de George Marcus (1995). Desse modo, tal plano sirva de instrumento metodológico, através da coleta de conteúdos diversos no espaço da *internet*, onde o contexto nos permite interagir com o momento global de auge da tecnologia da informação, especialmente das redes sociais.

No complemento final, faço uma importante observação das controvérsias da relação entre família e escola. É parte desse jogo reflexivo, já que estamos em um momento necessário da central implicação das controvérsias observadas nesses conteúdos. O lugar da educação é ressaltado por uma mobilização moral contrária à suposta “ideologia de gênero” e reivindicada como função inalienável da família. Desse modo, questiona-se a razão da educação aparecer, conceitualmente, ambígua ao papel da escola e da família, sendo um pouco discutidos, os limites dessa relação.

2.1 Apontamentos metodológicos

O corpo central do trabalho faz parte da análise de conteúdos coletados em diversos espaços da *internet*, um fazer etnográfico multissituado no universo *online*. Neste caso, o acompanhamento da “viralização” da suposta “ideologia de gênero”, por meio dos conteúdos disponibilizados na internet, apresenta-se como uma estratégia etnográfica cujo objetivo me permite lidar com os sujeitos diante da dinâmica contextual da grande disseminação dos discursos, já que pelas plataformas e mídias virtuais, a eficaz “viralização” da controversa “ideologia de gênero” se deu no cenário brasileiro.

Na plataforma do *Youtube*, foi possível visualizar diversos vídeos espalhados nos “canais de compartilhamento”. Além disso, importante ressaltar, o interesse desse trabalho iniciou-se pela visualização esporádica, e de modo despretensioso, dos vídeos no *Youtube*. Sobretudo, porque nessa plataforma de vídeos *online*, bastante popular, é possível uma maior autonomia na publicação e produção e edição audiovisual, presumindo um espaço aberto a diversos conteúdos e assuntos, também quanto a sua forma de localização e disseminação, como aconteceu com a chamada “ideologia de gênero”.

Nesse seguimento, essa autonomia nos faz refletir a potencialidade da tecnologia e a acessibilidade nos debate em questão. E, na construção midiática, permite-nos suscitar uma análise sobre problemas de interpretação diante do fortalecimento da agência do sujeito político na própria criação dos equívocos e distorções sobre o tema. Tudo isso, direcionando-nos a uma forma de marcar seus valores e seu olhar político, e individualizado, na contemporaneidade globalizada. Diante disso, é importante situarmos na explosão da produção autônoma de conteúdos *online*, do modelo de absorver a *internet* pelo estreitamento da relação produtor/ consumidor. Estamos na geração da Web 2.0, como elucida Parreiras (2015). Tal termo, passou a ser bastante comum no início dos anos 2000 pela *O'Reilly Media*, marcando a geração das comunidades e programas da *internet* e das plataformas *online*.

A análise multissituada de George Marcus (1995) aparece como uma estratégia de resignificação da etnografia, observando a dinâmica contemporânea da sociedade ocidental e permite lidar melhor com o arquétipo das questões da globalização e transnacionalização, como da expansão da suposta “ideologia de gênero”. Isso, diante do

acionamento de um pânico moral, de certa crise do sistema hegemônico social e pela urgência na defesa da “família tradicional”. Talvez, pelo fato de que os estudos de gênero e feministas serviram e ainda servem de subsídio para pensar demandas sociais em curso, ao longo do processo de democratização dos espaços e instituições públicas e, também, do avanço da ciência no campo reprodutivo, como a biotecnologia.

Com isso, exploro um mecanismo de entendimento ao debate público acerca da repercussão dos discursos sobre a “ideologia de gênero” na experiência brasileira. Os conteúdos situaram-me em diversos locais e sujeitos, direcionando a grupos sociais centrais de interesse na promoção do sintagma da “ideologia de gênero” – “teoria/ideologia de gênero”, como elucidada Junqueira anteriormente¹⁹. Também, tais conteúdos levaram-me a pensar nas atuais ferramentas estratégicas de anulação da temática de gênero da esfera pública institucional. Deliberações legislativas, por exemplo, encontradas nos portais da câmara dos deputados, ressaltando o projeto de lei do “Programa Escola Sem Partido” (PL 7180/14). Suponho, sem dúvida, uma das ações parlamentares como uma das ações concretas e jurídicas de forte enfrentamento à expansão de políticas ligada às questões de gênero. O programa demonstra, portanto, de extrema importância para balanço das construções discursivas a serem apresentadas.

O trabalho com conteúdos multilocalizados mostra uma análise da convergência de uma série de discursos comuns sobre o pânico moral articulado. Portanto, O desafio interage com a ideia de envolvimento com equívocos e distorções e o lugar do debate de gênero, de fato, desenvolvido ao longo da história. Desse modo, desenvolvemos uma etnografia por meio de uma relação um tanto diferente do convencional, do clássico trabalho de campo, da relação direta com os sujeitos, com aqueles que produziram e produzem esse pânico moral, para um trabalho a partir de uma pesquisa etnográfica de conteúdos públicos na rede *online*.

Assim sendo, o recorte se dá por meio de um olhar localizado e crítico a padronização hegemônica sobre família, os gêneros e sobre as sexualidades, assim como, sobre as práticas educacionais. Não convenhamos, portanto, cairmos no rito funcionalista ou relativista da descrição, do “ponto de vista do nativo”, mas de uma perspectiva parcial,

¹⁹ Seção 1.1.

Haraway (1995), com a análise dos dados etnográficos. Sendo assim, a observação e a descrição dos equívocos e distorções produzidas com o movimento midiático dessa suposta ideologia.

A partir disso, traço um olhar político na sociedade do etnógrafo, que também é a dos “nativos”, dos quais estão situados na dinâmica cultural da sociedade brasileira, em um momento de intensa efervescência política. A interação social do etnógrafo ultrapassa a vivida por antropólogos como Geertz. Para ele, devemos insistir “que é necessário que antropólogos vejam o mundo do ponto de vista dos nativos” (GEERTZ, 1997, p.86). E quando o “nativo” tende a reproduzir a noção hegemônica de sociedade traçada pelo colonialismo? Estou fazendo etnografia? Estou fazendo uma descrição densa? Estou interagindo com os sujeitos? Quem são os sujeitos no universo *online*? Por que não faria uma etnografia? Até onde a etnografia pode ser construída por arquivos *online*? Embora não haja um encontro físico, a contraposição de valores morais e de posicionamento político frente ao debate de gênero tornaram-se um encontro e uma troca de experiências com os possíveis sujeitos, evidenciáveis na observação das controvérsias.

É interessante destacar, que na sociedade das redes *online*, em um momento de instabilidade política no Brasil, o pano de fundo das produções teóricas do chamado pós-estruturalismo francês que contribuiu para que o gênero tornasse uma categoria de análise social, política e histórica demonstra, aqui, o seu efeito. Nas explanações visualizadas, na desqualificação dos seus pensadores, há uma afirmação de que eles teriam “falta de apreço pela verdade”²⁰. Nesse conteúdo, é importante lembrar a menção de pensadores como Michel Foucault e Derrida. Um ponto a considerar, fazendo um adendo, é de que esses autores escreviam em uma época onde o seu arcabouço teórico se contextualizava no cenário mundial, após a Segunda Guerra Mundial. Época da Guerra fria, de um momento polarizado entre “comunistas” e “capitalistas”. Além disso, das independências das nações coloniais africanas e asiáticas, do movimento da contracultura, da forte emergência do “feminismo de segunda onda”, inaugurado por Simone de Beauvoir. E hoje, pressuponho uma atmosfera semelhante, diante desse momento de renovação do conservadorismo da política brasileira,

²⁰ Origem da ideologia de gênero, feminismo, marxismo, gramscismo, comunismo: <https://www.youtube.com/watch?v=ILn4mXD_Q2Y>. Acesso em: 04 dez. 2017.

como destacada por Amorim e Salej (2016) na seção 1.1. A retomada de valores na cena pública parece-me anacronicamente condizente com a historicidade do mundo contemporâneo, envolvendo discursos reducionistas ao avanço de demandas sociais de gênero, como, também, na ênfase de discursos sobre a ideia de “doutrinação marxista”, algo que remete ao contexto do regime militar, do combate e censura ao pensamento comunista em contexto de Guerra Fria.

Da seleção dos conteúdos analisados, há uma busca na página do *Google* com a palavra-chave “ideologia de gênero” de conteúdos de textos de *sites* e *blogs*, embora atentando mais aos vídeos. Na plataforma do *Youtube*, houve uma seleção dos vídeos com a presença da palavra-chave nos títulos. Inicialmente, fiz uma seleção geral e depois fui filtrando aqueles com maiores distinções. Como foi falado, pesquisei alguns conteúdos disponibilizados no portal da Câmara dos deputados (<http://www2.camara.leg.br/>) com a mesma palavra-chave, acessando algumas reportagens, notas de pronunciamentos públicos e resumo de reuniões parlamentares.

Da seleção inicial, encontramos vídeos pró e contra a “ideologia de gênero”, manifestando um lugar para perspectivas opostas. Entretanto, a centralidade dos vídeos se deu naqueles que se apresentavam contrários à política que abordassem a categoria gênero. Pelo foco teórico-metodológico, o de observar as noções controversas sobre a família em divergência à suposta “ideologia de gênero”. Das publicações do *Youtube*, temos publicações autorais dos respectivos canais, trechos de programas de *TV* e *Webtv*, trechos de cultos cristãos, trechos de palestras em audiências públicas e trechos de conferências públicas, como da educação e de comissões parlamentares; alguns curtos documentários, além de vídeos mais autorais.

Neste trabalho, a grande preocupação está na tentativa de amarrar perspectivas e construir um pressuposto geral sobre as óticas apontadas, contextualizando as possíveis frentes representativas por traz desses discursos. Do pressuposto geral, tomamos a noção de família na revisão de dicotomias clássicas, como a relação natureza/cultura, ciência/religião, talvez da própria relação ciência/ideologia. Portanto, o objetivo central procura amarrar a construção do pressuposto geral da noção de família, pela a qual é percebida nas controversias, atentando-se a certos anacronismos de valores para a dinâmica social brasileira.

2.2 A família na perspectiva da Ideologia de gênero

Nosso objetivo, nessa análise, refere-se à reflexão da relação dos discursos de denúncia presentes nos conteúdos visualizadas entre a instituição familiar e sua suposta ameaça de extinção a ser causada pela “ideologia de gênero”. A resistência referida corresponde a uma ideia de “destruição da família natural”, esta mesma família é correlacionada à família cristã e, ao mesmo tempo, sinônimo da família tradicional, ou mesmo, da família brasileira, enaltece alguns agentes políticos como em alguns pronunciamentos de parlamentares em uma sessão solene no Congresso Nacional²¹.



Fonte: imagem obtida do portal da Câmara dos deputados (<http://www2.camara.leg.br/>).

Acesso: 29/10/2017

Vejamos alguns trechos desses pronunciamentos:

“Vivemos um certo radicalismo, em que as pessoas estão querendo transformar e misturar o conceito família. Quando uma pessoa mais velha decide a sua sexualidade, nós respeitamos, é a liberdade de cada um. Porém, quando uma criança nasce, é homem ou mulher. Então, não podemos abrir mão daquilo que acreditamos”.

²¹ Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/547179-EM-SESSAO-SOLENE,-DEPUTADOS-DEFENDEM-CONCEITO-TRADICIONAL-DE-FAMILIA.html>>. Acesso em: 07 dez 2017.

“Estamos vivendo a desconstrução da família, mas isso não vai terminar assim. Queremos dizer para todas as famílias do Brasil que aqui há deputados que estão lutando pelos valores da família e do cristão”.

“Não vamos aceitar ditadura de uma minoria que quer impor em relação ao gênero e ao aborto. Queremos trabalhar para defender a família e os princípios cristãos. Cada um tem as suas crenças, mas eu sou a favor da família e da vida”.

“Hoje no Brasil conseguimos perceber a tentativa de destruição da família. A falta de estrutura financeira, a tentativa de plantar a ideologia de gênero para as crianças, a tentativa de relativizar o conceito tradicional e natural de família, esses são apenas alguns exemplos de diversas afrontas que a família brasileira vem enfrentando”.

A família nesses equívocos discursivos é apresentada como o principal pilar da manutenção da ordem social e moral. Ela é a fonte da existência do controle e da vigilância, “a família é o último reduto de autoridade sobre a criança”, como enfatiza o pastor/parlamentar Silas Malafaia²². A família é, portanto, lida por apenas um padrão de existência, a família é idealizada como a protetora da “norma social”.

Na reflexão de Sarti (1994), o ideal de família estaria presente nesse discurso de uma forma estruturada e contínua. O seu acionamento é demonstrada na reflexão da autora por uma perspectiva patriarcal, “porque a família é pensada como ordem moral, onde o homem representa a autoridade.” (SARTI, 1994, p. 49). Sem dúvida, essa perspectiva produz a reação sobre muitas pautas das políticas de gênero, e mais, das discussões dos estudos de gênero junto ao feminismo, dos quais passaram a ganhar maior protagonismo na produção científica para repensar essas estruturas rígidas de definição de família.

Nos conteúdos visualizados, percebe-se que, fazendo algumas conexões à definição de Sarti (1994), a autoridade no ambiente familiar é evocada na relação complementar entre homem e mulher, de modo que haja uma hierarquia verticalmente

²² Pr. Silas Malafaia: O que é Ideologia de Gênero? Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4uk4FyOL15Y>>. Acesso 07 dez. 2017.

estabelecida do homem sobre a mulher. E para completar, nessa estrutura, “é inconcebível formar uma família sem o desejo de ter filhos”, algo bastante problemático para os tempos atuais, embora se espere nessa ordem moral, que a família possa compor três elementos: “casamento (homem e a mulher), casa e filhos” (Ibid., p. 49).

Desse modo, enfatizo a importância dessa noção de família na reverberação dos discursos sobre a “ideologia de gênero”. A família constitui de praxe como “o último reduto de autoridade sobre a criança”, retomo a fala do pastor/parlamentar Silas Malafaia. Nesses discursos, conseqüentemente, a família é considerada como a garantia e a resistência contra a expansão da “ideologia de gênero” na escola. Esse reduto de autoridade moral é, possivelmente, lido na função de proteção dos “valores morais” da sociedade brasileira. E com isso, a educação é restrita como papel da família, “como o exercício unilateral da autoridade” (Ibid., p. 50). E neste ponto, de fato, a “ideologia de gênero” aparece como comprometedora desse exercício e se apresenta como “um projeto ideológico ameaçador da norma e da moral e da constituição natural da família”.

“A destruição da família baseada na natureza diferenciada pelos sexos homem e mulher”, como supõe o Padre Paulo Ricardo²³, trata-se, determinantemente, de uma noção biológica. Contudo, essa natureza envolve formas de concepção interessantes para pensar algumas controvérsias, a aliança de uma perspectiva científica aliada com a moral cristã. A “ideologia” e a “ciência” aparecem de modo contrastante à sua origem conceitual, como já elucidamos anteriormente²⁴, ambas comprometendo um distanciamento com a religião.

Nesse sentido, o tratamento da família como “último reduto de autoridade” é, realmente, um ponto central na observação da disseminação desses discursos controversos. Diante disso, pensando no conteúdo midiático forjado, há uma resistência no avanço das políticas públicas, sobretudo, de implantação curricular sobre temáticas que abordem a sexualidade e as relações de gênero, sendo: políticas voltadas à maternidade; legalização do aborto; métodos de inseminação artificial; casamento entre pessoas do mesmo sexo, ou de casamentos que destoem a “família nuclear e heterossexual”. Isso, podemos perceber, no seguimento de políticas que contrariam a perspectiva de gênero. Nesse caso, destacamos o

²³ Desmontando a ideologia de GÊNERO. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ir-bFmGZgB8>>. Acesso em: 07 dez. 2017.

²⁴ Seção 1.2.

próprio projeto de lei “escola sem partido” e a PL 4302/2016. Esta última, por sua vez, proíbe o reconhecimento da “União Poliafetiva” formada por mais de um convivente, visto o pronunciamento do parlamentar Vinicius de Carvalho²⁵. Segue abaixo um trecho retirado desse pronunciamento:

Parece até um absurdo ter de discutir esse tipo de questão, mas o fato é que registros dessa natureza vêm sendo feitos, ao arrepio da legislação, desde que o Supremo Tribunal Federal admitiu como válidas "*outras formas de convivência familiar fundadas no afeto*". Na ocasião, o STF posicionou-se a favor das uniões estáveis homoafetivas, conhecidas popularmente como "*casamentos gays*".

As categorias reveladoras da concepção moral e biológica, para a perspectiva acionada, reforçam-se o “olhar moral” dado à instituição familiar, além disso, não escapando a “sacralização” da responsabilidade da mulher. Dessa forma, embora seja evidente a ambiguidade da relação de criação e consanguinidade no universo das famílias pobres estudadas por Sarti (1994), a natureza biológica das categorias pai e mãe são ainda a idealização das pessoas.

As noções controversas enunciadas nos discursos em relação ao debate de gênero, ou melhor, em relação à “ideologia de gênero”, talvez esteja na dificuldade de conceber a real diversidade das famílias brasileiras, para além da natureza biológica, e do lugar sacralizado dessa instituição. Como em Sarti (1994), aparentemente, pode-se revelar uma ordem moral de concepção ideal de família enaltecida a uma ordem moral sobrenatural, de modo geral:

A família como ordem moral torna-se uma referência simbólica fundamental, uma linguagem através do qual traduzem o mundo social, orientado e atribuindo significado a suas relações dentro e fora de casa. Essa moralidade, projetando-se para além da própria família, configura um sistema de valores que incide sobre seu modo de pensar o mundo social e se colocar frente a ele (Ibid. p. 53).

²⁵ Disponível em:

<<http://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=208.2.55.O&nuQuarto=13&nuOrador=2&nuInsercao=123&dtHorarioQuarto=15:24&sgFaseSessao=OD&Data=29/08/2016&txApelido=VINICIUS CARVALHO, PRB-SP>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

Nesse caminho, em tais equívocos discursivos analisados, a escola vem sendo vista como um ambiente que desvirtua os “ensinamentos morais” da família, “não é mais um ambiente seguro para nossas crianças”, não cumprindo o papel de ensino do conteúdo técnico da “ciência”. A noção de educação é lida sempre como papel único e restrito da família, ou seja, a educação como a formação moral da criança. E, por isso, a escola, para alguns sujeitos, tornou-se um ambiente de doutrinação política, impondo um determinado conhecimento em detrimento do conhecimento dado pela família, discorre um suposto áudio do jornalista Alexandre Garcia²⁶.

A partir dos conteúdos analisados, observam-se alguns pontos cruciais sobre o medo e a superproteção da família, destacando: a idealização da inocência da criança, a conscientização da família sobre tal ameaça trazida pela suposta “ideologia de gênero”, ainda no áudio do jornalista Alexandre Garcia, a ideia “bacanalizar a existência da criança”. Portanto, revela, nesse conteúdo, que a família deve evitar o “roubo da identidade humana da criança”, identidade única e metaforizada pela sua forma anatômica e biológica.

Também, a “ideologia de gênero” é entendida como algo que pode confundir a “cabeça das crianças”, já que “homem nasce homem e mulher nasce mulher”, “Não existe isso da criança nasça sem sexo, ela já nasce perfeita”. “Isso vai tudo contra o que você aprendeu tudo que você idealizou para sua família”, expressam alguns sujeitos²⁷. Aqui, a natureza, mais uma vez, é ressaltada pela forma física do indivíduo, em um leve tom moral e criacionista. Sendo, para eles, a natureza perfeita não pode ser corrompida “por uma ideologia, por uma imposição do Estado”. E mais, “quando Deus fez homem, Deus fez homem e mulher, macho e fêmea, todo ser gerado nasce ou homem ou mulher, não tem cromossomos homossexuais”²⁸. Nesses discursos, “o projeto de Deus” é considerado aquele responsável por revelar que “homem se casa com uma mulher”, então, “só assim para a

²⁶ Aos Pais, cuidado com a Ideologia de Gênero nas Escolas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TKtuvT2_RBM>. Acesso em: 04 dez. 2017.

²⁷ Ideologia de gênero: saiba o que é e rejeite essa ideia. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9B9BU0QSCFk>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

²⁸ Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=208.2.55.O&nuQuarto=13&nuOrador=2&nuInsercao=123&dtHorarioQuarto=15:24&sgFaseSessao=OD&Data=29/08/2016&txApelido=V INICIUS CARVALHO, PRB-SP>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

família cumprir seu mandato cultural escrito por ele”. O sentido da perpetuação da família, para essa visão, leva-nos, desse modo, a pensarmos no binarismo da relação homem e mulher, o binarismo criado pelo “projeto de Deus”, “como plano possível para que a família possa procriar e proliferar a sociedade”.

Nesse seguimento, as “famílias homossexuais” são parte de um plano que corrompem a norma, o binarismo do “projeto de Deus”. E nesse encontro, para sua “destruição”, “as feministas aliadas ao projeto de doutrinação marxista”, “que vai contra o projeto de Deus”. Logo, a “doutrinação ideológica” é compreendida como meio de atingir a família pela educação escolar. Segundo o parlamentar Vinicius de Carvalho, em outro pronunciamento, “o plano da ideologia de gênero é tão diabólico que não se restringe apenas a influenciar os adultos, quer atingir as crianças”. E mais, nessa defesa de assegurar a condição natural da família, em consonância a um posicionamento da Associação Americana de Pediatria (*American College of Pediatricians*), complementa o parlamentar:

A sexualidade humana é binária, com o óbvio propósito da reprodução e florescimento de nossa espécie. Este princípio é autoevidente. Os médicos ressaltam que os transtornos extremamente raros de diferenciação sexual são todos desvios medicamente identificáveis da norma binária sexual, e indivíduos desse grupo não constituem um terceiro sexo²⁹.

Nos conteúdos centrais, a “doutrinação marxista” aparece como um projeto político retomado ao longo da história, sobretudo pelas feministas, onde é mencionada a obra de Engels. Diante da conjuntura política vivida, haveria um projeto de Estado em curso para o avanço dessa doutrinação, evidentemente, acompanhado pelo Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005, de 2014. Tal plano, do qual resultou essa intensa mobilização, contrariando a inclusão do termo gênero da redação final do PNE 2014. Como destacada na seção 1.1, houve uma intensa mobilização articulada por frentes parlamentares mais conservadoras, onde boa parte é representante da Igreja católica e evangélica. De fato, a maioria do material encontrado vem de canais e páginas da *internet* de conteúdos cristãos.

²⁹ Disponível em:

<<http://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=208.2.55.O&nuQuarto=13&nuOrador=2&nuInsercao=123&dtHorarioQuarto=15:24&sgFaseSessao=OD&Data=29/08/2016&txApelido=VINICIUS CARVALHO, PRB-SP>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

Nesse caso, tais frentes religiosas, portanto, tendem a ser consideradas como os grupos sociais e políticos de maior resistência à suposta ideologia, um fenômeno bem explicado por Souza (2013) na seção 1.1.

Nesse material, a família vem sendo alertada de estar correndo o risco de “desvirtuação” devido à expansão da “ideologia feminista”, tendo como alvo, o ensino escolar. Com isso, é enfatizada a necessidade da “proteção da identidade humana da criança”, sendo parte de um discurso determinista potente, de uma perspectiva biológica da constituição de família, atrelado a uma natureza moral dos preceitos cristãos. Nesse caminho, é reforçado um ideal de democracia na afirmação dessa cristandade, tendo em vista, à posição dos parlamentares contrários a “ideologia de gênero”, dos quais frisam o *status* de uma sociedade majoritariamente cristã. Este olhar, baseado em uma democracia numérica, onde a perspectiva cristã sobre família deva ser mais relevante, em detrimento de uma perspectiva inclusiva e a aberta às diversas outras formas de organização familiar. Reforçando, assim, a naturalidade da binariedade da relação homem e mulher.

A partir de tudo isso, um debate pontual do planejamento democrático e da laicidade é posto a tona no cenário político nacional, tendo em vista o próprio pensamento jurídico acerca da legitimidade familiar. No entanto, um agente jurídico, como aparece em um dos vídeos, faz uma interpretação de um “papal de uniformização”, porque para ele, o objetivo da equidade social pela política de gênero aparece como uma tentativa equivocada de tomar a exceção pela regra, que para ele, a “fala de um jurista poderia ferir o bom senso”³⁰.

Outro ponto de vista, em de que a “ideologia de gênero” é supostamente composta por uma “agenda de gênero”, de um projeto de estado, que deturpa a vontade da “maioria esmagadora da população, que é cristã”, “objetivo número um dessa discussão da ideologia de gênero, destruir as nossas famílias”. Nesses argumentos, é frisado em uma audiência pública na Comissão de Educação sobre a inclusão da discussão de gênero e orientação sexual, entre as diretrizes da Conferência Nacional de Educação de 2014, que: “a natureza tem que ser respeitada. Com essa teoria da ideologia de gênero, os seres humanos vão diminuir, porque estão juntando barbudo com barbudo, mulher com mulher”. É

³⁰ Ideologia de gênero na ótica espirita & jurídica por Haroldo Dutra _ estudo espirita: <<https://www.youtube.com/watch?v=QZ28HFm07gQ>> . Acesso em: 07 dez. 2017.

interessante, que nesses enfoques sobre a família na concepção reprodutiva, retornam as elucidações da Sarti (1994), e a noção “biologizante” das relações humanas e da família, o teor moral parece ficar também na perspectiva da singularidade sobre o ideal de homem e de mulher.

Nessa mesma audiência, é salientado por membros da Associação Pró-vida e Pró-família que a “ideologia de gênero” é um pano de fundo de uma política “anti-vida e anti-família”, trazendo as pautas de gênero e ao movimento de legalização do aborto, e que, novamente, culmina na experiência da família ao exercício reprodutivo. Mas, diante de um ponto de vista que permeia em uma moral ideológica cristã, tendo a importância dessa relação entre vida e família cuja restrição se dá pela norma heterossexual e pela configuração anatômica dos sujeitos pela sua natureza biológica.

Nesse momento, o trajeto dessa agenda fez com que tais sujeitos, no caso, os participantes desse processo parlamentar, viessem cobrar do Estado, ainda na gestão da ex-presidente Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores), alegando que estivesse contra o povo, por tentarem diminuir a autoridade dos pais em relação à educação sexual, fomentando “a androgenia artificial”. Este conceito, de fato, chama-nos muita atenção, por revelar uma interpretação sobre a perspectiva de gênero através de um olhar exageradamente preso a noção de construção social do sujeito, como refletimos sobre a categoria na seção 1.3.

Além disso, ainda nessa audiência, é apresentado o “Programa Escola Sem Partido” pelo procurador Miguel Nagib, propondo como garantia da autoridade dos pais à vida escolar das crianças e contra a presumida “doutrinação política ideológica”. Defendendo, assim, o “Projeto Escola Sem Partido”, como um mecanismo que permita maior fiscalização e controle dos conteúdos ensinados às crianças e adolescentes. Sobre esse projeto, ilustraremos na próxima seção, da qual será dedicada a uma maior reflexão das controvérsias apresentadas das análises nos debates centrais dos conteúdos filtrados desses documentos da *internet*. Assim, discuto, especialmente, a relação família e escola, do ponto de vista histórico, mas, sobretudo, para encontrar nos equívocos e distorções dessa “ideologia de gênero” os pontos de fronteiras envolvendo essa relação no mundo contemporâneo e na atual conjuntura da sociedade brasileira.

2.3 Família e escola: a relação e seus limites

Neste momento, busco refletir algumas controvérsias em relação à difusão da suposta “ideologia de gênero”. Dessa forma, quero dar uma centralidade naquilo que se tornou reverberado e que me fez definir como equívocos e distorções. Logo, delimitando o contexto da reação da sociedade diante da proposta inicial do PNE 2014 cuja ação parlamentar revogou a inclusão do conceito de gênero nos seus planos e metas.

A importância de nos situarmos ao contexto central, de repercussão da “ideologia de gênero” no Brasil, realiza-se pela concentração dos discursos analisados com temor reacionário a importantes instituições sociais do mundo ocidental, a família e a escola. Assim, consideramos a necessidade de frisar em uma análise sobre os limites da relação dessas duas instituições, sabendo do papel da educação como direito disputado por essas instituições no mundo contemporâneo. Como este direito é negociado?

De acordo com o imaginário da “ideologia de gênero”, a escola tentaria “roubar a identidade humana da criança”, que pode ser cultural, em partes, entretanto, a ênfase aparece na sua natureza individual e biológica, e, conjuntamente, na natureza da “criação bíblica”. “O que Deus criou ninguém pode mudar”. Há, portanto, a confluência da natureza criacionista com a natureza biológica, onde se reafirma a anatomia humana como suficiente para definição da identidade dos sujeitos. Existe aqui, pois, uma provável reivindicação da alteridade familiar como responsável exclusiva para o desenvolvimento da identidade social da criança.

A reivindicação da alteridade familiar aparece ao passo da necessidade de vigilância, como suporte e controle do saber do indivíduo, e a escola, a própria ferramenta e a garantia de observação da família sobre a trajetória de suas “proles”. Nessa interpretação, a família deveria ditar quais conteúdos suas crianças podem e não podem aprender. Sendo assim, a determinação de um ensino restrito as disciplinas básicas com conteúdos mais técnicos³¹, predominando a posição hierárquica das ciências exatas e naturais sobre as ciências humanas, afirmando um lugar de maior prestígio quanto ao saber científico, havendo,

³¹ Mãe assume posição firme contra ideologia de gênero nas escolas: <https://www.youtube.com/watch?v=7CBrYDbS_ls>. Acesso em: 04 dez. 2017.

assim, a isenção de conteúdos de teor crítico e político da vida social da criança, e da sociedade que a circunda. Nesse sentido, há uma resistência com “conteúdos abstratos”, como muitas vezes se pauta discursos sobre conhecimentos que tange campo das ciências sociais e humanas. Desse ponto, há uma desqualificação da objetividade desse campo, sobretudo, ao que tange a abordagem teórica de gênero, reduzindo a “ideologia de gênero”. O conhecimento proposto, por conseguinte, é visto como uma ferramenta desnecessária, que poderá confundir a “formação moral” da criança.

Ao fazer a leitura desses discursos, podemos observar que o Estado aparece de forma autoritária, ao propor a implantação da suposta “ideologia”. Este mesmo Estado, sendo relacionado a um partido de viés de esquerda ou que alinha a algum ideal marxista, sendo pejorativamente enfatizado. Contudo, o problema é que o Estado é tão ambíguo, ao mesmo tempo se sabota, já que ele mesmo revogou a própria lei ou no caso, a redação inicial da proposta do PNE 2014, dentre os grupos e sujeitos de resistência, temos parlamentares muito atuantes, contrários a diversas políticas de gênero. Contabilizando a histórica experiência, de uma representatividade do parlamento atual, que atua com uma inclinação mais conservadora³².

Nesse caminho, há uma questão direcionada a isso e que tange a relação da família e escola, talvez seja o comprometimento do Estado com a laicidade, e que toma uma forma diferenciada no contexto brasileiro. Considerando os conteúdos analisados, é possível ver certos antagonismos entre laicidade e o acionamento inoportuno ou oportunista da alteridade religiosa cristã. Desse modo, havendo o reforço baseado em uma democracia taxada pela maioria numérica cristã brasileira. Uma interpretação acionada em alguns discursos é de que certas políticas, aquelas que envolvem a equidade de direitos para minorias sociais, como as de gênero, serviram, no Brasil, para gerar uma polarização de forças, e que tenta passar por cima do “sentimento da maioria silenciosa” cuja maioria cristã³³.

Diante das distorções encontradas, nos equívocos interpretados acerca do papel dessas políticas de atualização curricular, alguns questionamentos são indagáveis. Até onde o

³² Seção 1.1.

³³ A Ideologia de Gênero não é safadeza. É só uma compreensão profundamente equivocada: <<https://www.youtube.com/watch?v=-N3OHkkodYM&t=17s>>>. Acesso em: 04 de dez. 2017.

Estado poderia blindar os sujeitos religiosos dos espaços e projetos públicos? E será que precisaria? Talvez não fosse um mecanismo antidemocrático para o contexto religioso brasileiro?

Oro (2011) descreve sobre a peculiaridade da laicidade do estado brasileiro em comparação com outros lugares. No Brasil, a adoção da laicidade se dá pela separação Igreja e Estado, garantindo o lugar da religião na sociedade em virtude de diversas modificações ao longo da história. Desde o período colonial, havia uma forte influência da Igreja católica, pela qual ajudou a projetar a estrutura do estado brasileiro.

A laicidade aparece como uma pauta importante, objetivando observar os impasses criados no cenário brasileiro em virtude da propagação alarmante dessa “ideologia de gênero”. No embasamento proposto, observamos uma ideia de restrição da educação como objeto inalienável da instituição familiar. Nesse caso, pela interpretação geral dos discursos, a família deve ser “o último reduto de autoridade” para evitar o risco de “contaminação moral” das crianças. Com isso, enaltece-se uma nostálgica visão de humanidade, embasada pela natureza física e biológica e revisitada pela natureza da “criação bíblica”. Isso, porque a “ideologia de gênero” roubaria o lugar de identificação das “diferenças naturais” entre homem ou mulher. Há, nessa visão, um temor de ameaça à “ordem natural das coisas” e da desestruturação das formas que grupos e sujeitos promotores desses discursos conceberiam como ideal de família natural.

As controvérsias percorridas levam-nos a pensar os limites que ligam essas duas fortíssimas instituições no peso histórico da sociedade ocidental. Aparentemente, uma discussão teórica central é de que essa relação quase se fundia em alguns anos atrás, no entanto, agora parece não haver mais esse diálogo, ou não quer que o seja percebido. Dentro dos discursos, a escola aparece como uma instituição opositora às valores culturais da “família”. Nesses possíveis equívocos, há uma visão de que a escola vem atuando como lugar de desvirtuação, rompendo com o controle da educação moral dada pela família. Aqui, portanto, a instituição escolar é vista como um lugar aonde se pregaria a “doutrina liberal” e a “ilusão da autonomia”. Todavia, uma afirmação conflitante com a história do surgimento da

escola, já que fora um lugar de importante destaque para o controle, vigilância e domesticação dos corpos no processo de formatação da prática escolar no ocidente³⁴.

Os conteúdos analisados na *internet* demonstraram certa determinação da relação família e educação como princípios que rege a vida da natureza cristã. No entanto, esse ponto de vista inverteria o pensamento social em momentos anteriores, em que as demandas dessa relação pareciam ser reivindicadas pelas próprias famílias. Nogueira (1998) demonstra que nos planos educacionais relacionadas ao processo de escolarização dos alunos no início do século XXI, a “escola estendeu também sua área de atuação a domínios antes reservados à socialização familiar (exemplos: educação afetivo-sexual, anti-drogas)” (NOGUEIRA, 1998, p. 100). Havia, portanto, uma demanda cuja obrigação era cobrar essa relação família e escola, para além das suas formas como instituições sociais, mas com atenção as subjetividades dos indivíduos existentes. Parte, sobretudo, de uma demanda pela qualidade do desempenho escolar dos filhos/filhas. Embora, de fato, fosse outro momento, qual a peça que faltou para a manutenção da engrenagem dessa relação em constante evolução?

No “Programa Escola Sem Partido”, há um discurso que convoca a família ter total fiscalização dos conteúdos escolares. Contudo, Nogueira (1998) demonstra que já existia certo rompimento do distanciamento entre pais e professores, mas podemos perceber que, talvez dentro desses discursos, a promoção dessa aproximação tenha sido extrapolada em detrimento da atuação do professor. Por outro lado, a tensão gerada parece uma medida de salvaguarda da autoridade familiar sobre suas “proles”, sendo articulada uma reação de manutenção de seu pressuposto poder em constante questionamento. Talvez, suponhamos, a secularização possa ser o temor e a maior resistência. Será um possível problema cuja fonte é o amadurecimento da democracia brasileira?

Uma fala de um pastor da igreja presbiteriana me chamou atenção, porque ele mesmo reconheceu a impossibilidade do “projeto escola sem partido”, embora seja resistente à suposta “ideologia de gênero”. Segundo ele, seria prejudicial para igreja uma “escola sem

³⁴ FOUCAULT. Os Corpos dóceis, Vigiar e Punir, 1999.

ideologia”, porque impossibilitaria a existência do ensino religioso³⁵. Desse modo, vejo a laicização como fonte ideal para avanços de um projeto de democracia social no Brasil. Contudo, acredito que devemos olhar de modo cauteloso ao considerar as nossas especificidades sociais e culturais. Tendo em vista, que a educação deva ser parte de um diálogo constante entre a base curricular e essas especificidades cujo objetivo permita ser mais fiel a vida cotidiana e a dinâmica humana.

Carvalho (2004) explica sobre o “modelo de parcerias”, como uma política de incentivo da intervenção familiar para o desempenho escolar dos/das filhos/as. Todavia, a reprodução de relações de poder, de classe, de etnia/raça e de gênero é refletida nessa parceria família-escola. Diante disso, houve uma série de exigências que acabaram não respeitando a realidade cotidiana das famílias, “o poder dos pais/mães encontra sempre seu limite no poder da professora sobre seu filho/filha na sala de aula (afinal, pais/mães sabem que professores/as são seres humanos, tanto quanto eles/elas, sujeitos a antipatizar, marcar, dar gelo...)” (CARVALHO, 2004, p. 53).

A demanda anterior teria como papel precursor, incentivar a participação da família no ambiente escolar e na prática curricular. De um lado, há uma insatisfação quando são reproduzidas essas relações de poder entre pais e professores na falta de práticas pedagógicas efetivas mais inteiradas acerca da vida social dos estudantes, já que essa “parceria”, não, necessariamente, prevê uma identidade de atribuições, embora haja certa relação de interdependência,

A complementariedade dessa parceria é, portanto, situada no âmbito de um recorte das especificidades da dimensão moral da realidade cultural brasileira. Que autoridade a família tem exercido nas crianças? Se de fato a família é o último reduto de autoridade, o que a escola, o estado e a sociedade exercem no processo de constituição do sujeito da criança?

³⁵ Entendendo a Ideologia de Gênero - Rev Augustus Nicodemus: <<https://www.youtube.com/watch?v=qjyj-qySAmU>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

3. PARA ALÉM DA FAMÍLIA: “A IDEOLOGIA DE GÊNERO NÃO É CIÊNCIA, É CRENÇA!”.

O lugar de legitimidade científica da abordagem teórica de gênero é questionado pela ênfase na oposição entre religião e ciência e, desse modo, o seu *status* como ideologia. Nos conteúdos pesquisados, esse apontamento é parte da estratégia discursiva de desqualificar essa abordagem, que envolve os estudos de gênero e feministas, como parte de um conteúdo da educação formal, pois, pejorativamente, é visto de cunho político e ideológico. E assim, reforçando uma hierarquia entre os campos de conhecimento, sobressaindo, assim, as “ciências duras”, por intermédio de uma perspectiva de verdade científica neutra. Essa visão, de certo modo, é contrária a influência construcionista e pós-estruturalista que marcou os estudos de gênero e feministas, tendo em vista seus pensadores como aqueles que teriam “falta de apreço com a verdade”.

Nesse seguimento, a desqualificação da abordagem como parte de um corpo formal para educação escolar, pode ser avaliado como uma visão reducionista da observação de gênero como uma categoria de análise, isolada na perspectiva social e política do indivíduo humano. Há desse modo, um desconhecimento da convergência sexo e gênero, e da relação natureza e cultura como base dos debates contemporâneos, como elucidou Vance³⁶. Não é possível pensar nas relações entre masculinidades e feminilidades, sem pensar nas relações biológicas e sociais de modo interdependente. Dessa forma, ao longo da formulação teórica desse arcabouço, o corpo era refletido como político e manipulável. Contudo, o que está em jogo, quanto a sua noção política, é a sua condição de poder frente aos “sujeitamentos” dados pela história da cultura ocidental cuja repressão da sexualidade permitiu construir o projeto “biopolítico” da sociedade ocidental (FOUCAULT, 2012).

Na fusão com o sexo, o gênero torna evidente a capacidade da manipulação dos corpos. O entendimento proposto, neste posto de vista, é político e social, juntamente, com o fenômeno das mudanças e descobertas da biotecnologia, permitindo jogar com a própria visão

³⁶ Seção 1.3.

de manipulação do *ethos* tecnicista ocidental. Desse modo, os gêneros, para além de uma mera construção social, aparecem como parte de uma construção biotecnológica, que passa a questionar a natureza imutável humana, ou seja, o gênero também manipula a própria noção hegemônica de ciência.

Ao longo da história do mundo moderno, a “ciência” cumpriu o seu papel político na história de patologização das sexualidades e dos corpos dissidentes, a “ciência” construiu as bases das relações de poder entre os gêneros. No passado, a falta de apreço com a verdade, diferente do debate desenvolvido ao longo da monografia, tem a ver com o mecanismo de desmascaramento da falácia da sua objetividade. A perspectiva oferecida pelo pensamento construcionista deu-se por meio da sua base de sustentação teórica que problematizou essa objetividade para própria prática científica, dando maior lucidez à política epistemológica hegemônica. Explica Haraway (1995):

Os construcionistas sociais puderam sustentar que a doutrina ideológica do método científico e toda a verborragia filosófica a respeito da epistemologia tinham sido inventadas para distrair nossa atenção de chegar ao conhecimento do mundo efetivamente através da prática da ciência. Deste ponto de vista, a ciência – o jogo real, aquele que devemos jogar – é retórica, é a convicção de atores sociais relevantes de que o conhecimento fabricado por alguém é um caminho para uma forma de poder bem objetivo (Ibid., p. 10).

Ao contrario do contexto tratado, o “apreço com a verdade” é defendido e reivindicado por sujeitos cristãos de distintas vertentes nesses conteúdos analisados. Embora não haja exatamente uma coesão argumentativa, podemos ressaltar um ponto de resistência comum, a do entendimento de uma identidade humana como obra da natureza de “Deus”, e de uma natureza inata e biológica. No entanto, esta junção de concepções contradiz a história. Se voltarmos, pois, à época de constituição da “ciência ocidental”, da concepção dada ao sentido de ideologia pelo olhar positivista e naturalista, o pensamento religioso estaria fora, uma ruptura com o lugar da verdade controlado pela Igreja, definindo, desde então, o seu *status* de crença, porque, para os cientistas daquela época, a “ciência” aparece em seu papel empírico

de descrição da realidade, dos “fatos objetivos”, isso se refere também ao início da sociologia Durkheimiana³⁷.

As produções teóricas que ao longo da história problematizaram esse modelo são veementemente confrontadas, a partir da suspeição do seu caráter científico, como os estudos feministas e de gênero. Uma visão controversa, cega ao reconhecimento do efeito prático desses estudos, que pelos seus resultados, obtivemos maior complexidade da percepção sobre nosso mundo e sobre a identidade humana. Sendo assim, evidenciando o dinamismo das nossas relações sociais. Por intermédio, portanto, da história e das intensas mudanças, em grande parte agenciada pelos movimentos sociais, ou seja, pela ação dos sujeitos que rompeu com alguns preceitos discursivos, modificando e revisando demandas e regras hegemônicas.

No ponto de vista dado, a de posição de ideologia à abordagem teórica em questão, tenta-se não reconhecer o status científico desses estudos, propondo um discurso marcado pela ideia de que a “ideologia de gênero é crença e não ciência”. No vídeo dessa frase, a explicação sobre a sexualidade humana é definida pela correlação com as outras espécies animais, restringindo a três funções: “dualismos (contrários), complementaridade e a fecundação”. E advertida, por uma interpretação de haver um “vale tudo” que “permite sexo bestial, incesto e pedofilia”, e na escola pode promover “a erotização sexual das crianças”³⁸.

Há, portanto, um ponto de vista sobre o papel do debate de gênero como estritamente relativista e construtivista para com a identidade humana, como frisa uma irônica afirmação de alguns pontos de vistas observados, havendo uma visão exagerada de “autoconstrução”, de modo simplificado e individual, uma controversa interpretação da ideia de “desconstrução da identidade humana”. Essas compreensões, apresentadas nos argumentos desses pontos de vistas, partindo das contribuições das teóricas feministas, sendo citadas por uma palestrante de um dos vídeos, Simone de Beauvoir, Shulamith Firestone e Judith Butler,

³⁷ Seção 1.2.

³⁸ Pr. Silas Malafaia: O que é Ideologia de Gênero? Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=4uk4FyOL15Y>>. Acesso 07 dez. 2017

e teóricos do pós-estruturalismo francês, Foucault e Derrida. Sendo, pois, os intelectuais que foram referidos/as como aqueles/as que “não teriam apreço com a verdade”³⁹.

O problema sobre a concepção de ideologia/ciência apresenta-se pela oposição falso/verdadeiro. Dessa forma, uma equivocada e distorcida relação que não admite o questionamento de determinismos fundantes das opressões. Porque essas correntes filosóficas, de fato, tiveram um papel de extrema importância na descentralização da “ciência”, do seu lugar hegemônico, e da sua ótica hierárquica de verdade, revelando o equívoco da neutralidade científica. Com isso, pontuando e localizando essa ciência na sua posição colonial de dominação machista e racista, de “homens brancos”, como pontua Haraway (1995).

Ao colocar a ideia localizada do saber, Haraway critica a construção binária produzida pela perspectiva científica clássica, o “saber localizado” faz parte do entendimento da dialética compartilhada entre os sujeitos, rompendo com a relação de dominação de um saber por parte de um em detrimento de outros saberes. E nesse sentido, o rompimento com a própria binariedade que se dá entre sexo e gênero, o que talvez seja difícil de lidar, para as posições contrárias em questão, é de que o lugar da “autoconstrução”, na verdade, dar-se-ia como possibilidade de superação da relação de dominação pelos corpos não hegemônicos.

A natureza é apenas a matéria-prima da cultura, apropriada, conservada, escravizada, exaltada ou de outras maneiras tornada flexível para ser utilizada pela cultura na lógica do colonialismo capitalista. De modo análogo, o sexo é apenas a matéria do ato de gênero; a lógica da produção parece inescapável nas tradições dos binarismos ocidentais. Essa lógica narrativa analítica e histórica explica meu nervosismo a respeito da distinção sexo/gênero na história recente da teoria feminista. O sexo é "recuperado" para ser rerepresentado como gênero, que "nós" podemos controlar (Ibid., p. 36).

Foucault (2012) demonstra que a história da sexualidade é definida pela elaboração do projeto biopolítico, pela domesticação e normatização do corpo. O corpo é uma

³⁹ Origem da ideologia de gênero, Feminismo, Marxismo, gramscismo, comunismo: <https://www.youtube.com/watch?v=ILn4mXD_Q2Y>. Acesso 04 de dezembro de 2017.

máquina que precisa ser controlada e, portanto, reprimida, ao domesticá-lo, permite-se construir o dispositivo da sexualidade. Este, por sua vez, vai produzindo os mecanismos de sujeição nos indivíduos, a ponto de conceber a própria restrição da sexualidade. A partir disso, na passagem do mundo moderno e da história da sexualidade, o sexo nasce como elemento de peso sobre a sexualidade. Nesse caso, o sexo é entendido legalmente por um sentido estritamente biológico, ou seja:

[...] o sexo escrito como estando preso entre uma lei de realidade (cujas formas imediatas e mais abruptas são as necessidades econômicas) e uma economia do prazer que sempre tenta contorná-la, quando não a desconhece; a mais celebre das “fraudes”, o “coïtus interruptus”, representa o ponto em que a instancia do real obriga a pôr termo ao prazer e em que o prazer ainda consegue se manifestar, apesar da economia prescrita pelo real (FOUCAULT, 2012, p. 168).

O gênero nessa fusão com o sexo permite uma maior compreensão sobre o domínio de manipulação dos corpos. Ao que se observa, há um ponto de vista político e social. Junto ao fenômeno das mudanças sociais e descobertas científicas, como na biotecnologia, a própria visão de manipulação se dá com o próprio dispositivo da sexualidade. Nesse sentido, os gêneros são constituídos para além de uma mera construção social, existe uma construção política pela biotecnologia e que permite questionar a natureza imutável humana, ou seja, o gênero não se pode reduzir apenas a uma compreensão construtivista.

Nesse caminho, o controle de conteúdos educacionais pelo Estado aparece como um jogo de disputa, atualizando o debate das relações de gênero e da educação sexual e, especialmente, pela revisão da própria história da “ciência” e de seu lugar político e social. Isso, justamente, é parte do componente central do pensamento crítico do poder ligada a repressão sexual no mundo ocidental. A produção do dispositivo da sexualidade, segundo Foucault, passa a ser questionado ao entender a sua obscuridade, quando tomamos consciência dessa genealogia, e da nossa sujeição perante o poder prescrito no sexo por simplificação a “funções biológicas e a um aparelho anátomo-fisiológico”. E assim, a certeza dessa consciência pode respaldar os sujeitos dos percalços da história humana em meio a sua dinâmica sociocultural.

Desse modo, devemos criar um mecanismo de entendimento para o enfrentamento político de possíveis contornos da ressignificação do poder sobre os gêneros. A educação, no seu papel formativo em relação aos gêneros (ressalto sua fusão com sexo e no plural a sua historicidade complexa), é determinante no sentido pleno, porque pode dar subsídio de controle do poder normativo prescrito ao longo da dinâmica cultural da sociedade.

[...] devemos pensar que um dia, talvez, numa outra economia dos corpos e dos prazeres, já não se compreenderá muito bem de que maneira os ardis da sexualidade e do poder que sustenta seu dispositivo, conseguiram submeter-nos a essa austera monarquia do sexo, a ponto de voltar-nos à tarefa infinita de forçar seu segredo e de extorquir a essa sombra as confissões mais verdadeiras (FOUCAULT, 2012, p. 174).

Embora exaustiva, a colocação da complexidade e da diversidade sobre o arcabouço teórico em questão, ainda é muito limitante seu acesso e abstração, porque envolve a própria relação da cultura, em sentido amplo e específico, como na disputa política das instâncias democráticas. Há uma demanda política reivindicada nos discursos, pois reflete de alguma maneira, uma posição de alteridade na compreensão da ciência pela frente religiosa envolvida. Isso, ao mesmo tempo, trata-se do questionamento do teor científico da “ideologia de gênero” por essa posição, e da reivindicação, sem dúvida, da sua liberdade democrática de expressão cultural. Haja vista, grupos cristãos pentecostais e neopentecostais e sua forte presença nos espaços institucionais, como elucidou Souza (2013) ⁴⁰.

Diante disso, é importante salientar que estamos diante de um modelo do pensamento cristão atrelado a uma ótica atualizada com as bases centrais do nascimento da modernidade ocidental. E nesse caso, o olhar controverso, que desqualifica o papel científico do arcabouço teórico amplificador do pensamento sobre gêneros e sexualidades, vem fazendo parte de uma estratégia da convergência da religião com a ciência idealizada no passado.

Nesse sentido, a noção de natureza científica biológica vem convergindo com a de natureza cristã. Parece, por conseguinte, que a reivindicação dessas frentes cristãs pela neutralidade do conhecimento a ser disposto na educação em oposição à “ideologia de gênero”, é o pano de fundo da ciência determinista, de uma ciência que ordenou e ordena os

⁴⁰ Seção 1.1.

sexos nos seus devidos lugares, atrelando-se junto a isso, uma ordem moral da “família cristã” fruto da binariedade da “criação bíblica”.

Diante disso, Duarte (2005) discorre como esse suposto anacronismo da relação de ordenação da religião vem se articulando na modernidade ocidental. Ele chama atenção para alguns mecanismos de articulação dos sujeitos, pensando a ressignificação do *status* da religião com a modernidade. Isso acontece, pois existem mecanismos possíveis de adesão a uma religião por intermédio da “negociação da realidade”. Qual é essa realidade? A negociação com a “cosmologia ocidental”, ou seja, uma negociação que o liberalismo civil permitiu na liberdade de associação religiosa e de crença, como se pode perceber no contexto brasileiro. Para Duarte, existe uma negociação denominada de “individualismo ético” pela presença do “culto do eu”, pois aparece uma fórmula precisa que permite enxergar esse fenômeno, o qual se dá pela convergência do “hedonismo (privilégio da satisfação pessoal) e do “naturalismo” (físicalismo e cientificismo)”. “O caráter cosmológico desses valores permite que se os considere, ao mesmo tempo, do ponto de vista de sua relação com o horizonte laico da modernidade (ou da modernização) e com o campo explícito das religiões” (DUARTE, 2005, p. 143).

O suposto “movimento cristão anti-gênero”, para não generalizar a visão da sociedade cristã, reivindica o seu direito de lugar, a sua liberdade religiosa, como forma de garantia da sua própria cosmovisão sobre as questões de gênero. E desse modo, elaboram sua estratégia de informação da “ideologia de gênero”. Por Latour (2004), podemos pensar nessa estratégia informativa de “comunicação de duplo clique”. Para Latour, existe um caráter básico do discurso religioso, assim como, o discurso científico. No discurso religioso, há sua articulação aparada pelo invisível para com seu objetivo de alcance das pessoas, diferentemente do discurso científico, que se envolve na “apreensão do invisível”, ou melhor, da objetivação do não visível. Dessa maneira, a comunicação de duplo-clique funciona como dispositivo desqualificador e irônico que coloca a relação entre religião e ciência incompreensíveis. Sobre essa comunicação de duplo-clique, Latour salienta:

Só ela, com sua extravagante ideia de um transporte *sem* transformação e que alcança estados ou situações distantes, só ela poderia sonhar com tal confrontação, distorcendo tanto a prática cuidadosa da ciência quanto a repetição cuidadosa da fala religiosa personificadora (LATOURE, 2004, p. 361).

O arcabouço teórico dos estudos de gênero e feministas ao ser reduzido ao mero *status* de ideologia e, conseqüentemente, a uma crença, é caricaturada por uma ideologia que tenta roubar a identidade humana feita pela natureza biológica, e que tenta desvirtuar as crianças contra sua família, contra a natureza da criação, “uma ideologia anti-vida e anti-família”, como é enfatizado nesses discursos. A partir de Latour, o discurso religioso, o qual marca a oposição ao que vem sendo afirmado como “ideologia de gênero”, não é passível de questionamento, porque como parte dos argumentos sobre a “ideologia de gênero”, da ideia de “não apreço com a verdade”, porque se pressupõe que para esse “movimento anti-gênero cristão” não existe verdade outra.

Desse modo, a condição religiosa do mundo moderno contemporâneo, segundo Duarte (2005), caracteriza-se pelo “ethos privado” da própria cosmologia moderna e expresso na dinâmica do trânsito religioso presente na contemporaneidade, e pelas diversas motivações alinhadas por um “hedonismo generalizado”, envolvido na motivação de experiências religiosas transitórias. O “ethos privado” permite que pessoas possam atrelar a religião sem, necessariamente, seguir com propriedade os “os ditames religiosos”. Portanto, podemos pensar na construção dos discursos religiosos em um contexto de intensa pluralidade religiosa, onde os vários seguimentos presentes nos conteúdos etnográficos são parte de uma coesão epistêmica, embora estejam envolvidos pelo individualismo ocidental. Além disso, por outras formas de concepção ocidental, como pela a ideia de natureza, de família, de sexualidade e de reprodução humana.

Por isso, venho concluir que é significativo compreender que essa dinâmica da relação entre ciência e religião não é possível sem a ferramenta discursiva atualizada da religião com a conjugação entre o naturalismo científico e o naturalismo cristão. Além do mais, como expressão do mecanismo articulador de sobrevivência do discurso religioso em meio ao processo de nascimento da ciência, da ciência naturalista que o rejeitou. A sua sobrevivência, por conseguinte, constitui parte desse processo, apropriando do discurso de poder do projeto “biopolítico” ocidental. Desse modo, cabe pensar que o momento histórico político brasileiro, também passa por uma nova atualização da resistência do próprio ethos religioso transformado pela modernidade.

CONCLUSÃO

Por que não falar de gênero? A pergunta se dá pela minha motivação em buscar entender os pressupostos discursivos dos sujeitos contrários ao suposto sintagma da “ideologia de gênero”. Trata-se, portanto, de um exercício bastante instigante, quando lidamos com o campo das controvérsias, sobretudo, daquilo que defini como equívocos discursivos com relação à perspectiva de gênero. O trabalho se torna mais desafiante, quando envolve um posicionamento crítico e político a esses equívocos. Trabalhar com uma visão política sobre as controvérsias dos discursos, não se deve deixar de lado a materialidade histórica das relações de opressão da nossa sociedade. A imersão no campo, ou melhor, a imersão na rede foi um exercício bastante criterioso e cuidadoso com esse lugar político ao papel do etnógrafo.

Ao pensar no papel do etnógrafo, envolvendo o universo cosmológico dos seus “nativos”, torna-se presente uma preocupação muito latente desse lugar político com a alteridade nativa. No entanto, também nos leva a pensar na relação localizada dos sujeitos e dos seus saberes proferidos nesses discursos acerca da “ideologia de gênero”. Assim, envolve retomar a história da sexualidade, a história de constituição do mundo moderno e de seu discurso hegemônico sobre a diversidade de gênero. Mas o exercício, além disso, serve como mecanismo para dar conta da própria relação discursiva que constrói e que construiu as lutas de resistência que permitiram potencializar a ressignificação desses discursos. Entender esse lugar político é, destarte, discorrer da dinâmica do enfrentamento da consciência genealógica do poder, como muito explorou Foucault (2012). Haja vista, o potencial de reprodução discursiva retomado nesse momento de intensa efervescência, com ações contrárias a políticas de democratização das relações de gênero e sexualidade.

Ao lado da reflexão política, a imersão na rede parte da ideia de tentar, etnograficamente, elaborar um ponto de conexão que nos permita organizar um “dispositivo anti-gênero”, fazendo alusão ao dispositivo da sexualidade. E por isso, o caminho multissituado propiciou um acúmulo de discursos centrais na elaboração inicial desse dispositivo, evidentemente, porque a análise não se encerra aqui.

E a família, vai ser destruída? Neste ponto, a família vem aparecer como a chave principal desse dispositivo. Embora não seja simples responder essa questão, e não querendo desmerecer a semântica produzida nesse dispositivo, a resposta é não. Além disso, quais são famílias referidas? O que quero destacar, que existe uma correlação com a própria religião, que não pôde ser eliminada pela “ciência”, porque se articulou aos novos intercursos produzidos pela modernidade, como ressaltou Duarte (2005).

Na contemporaneidade, a religião se reinventou, por meio da sua aproximação com a cosmologia ocidental, assim como a família, defendida pelo hipotético dispositivo anti-gênero (a família nuclear e a família cristã), e, concomitante, no mundo pós-colonial, o feminismo também se reinventou, além do conceito de gênero, que ganhou novas nuances. Nesse seguimento, as “mulheres racializadas” do mundo pós-colonial, da América Latina, do Brasil carregaram na sua história, a violência sexual do patriarcado colonial, como destacou Curiel (2007). Desse modo, a violência colonial e escravista brasileira exigiram mecanismos de sobrevivência e de resistência dessas mulheres, que contestaram a noção de família patriarcal e burguesa (ou nuclear).

À vista disso, como em outras instituições sociais, hegemonicamente produzidas, a família historicamente reinventou-se, porque a humanidade cria e destrói reconstruindo e, conseqüentemente, essa reinvenção vai ser disputada. Assim, o que resta? Nesse caso, reinventar o jogo de poder. Dessa forma, ao se deparar com esse dispositivo anti-gênero, a educação tornou-se um campo a ser disputado entre os movimentos sociais e sujeitos impactados pela ressignificação da “austera monarquia do sexo”, destacada por Foucault (2012).

Sendo assim, uma questão fica marcada: será mesmo que não estamos vivenciando, ao invés de uma ideologia de gênero, uma ideologia da família?

REFERÊNCIAS

1. Obras citadas

AMARO, Ivan. A docência amordaçada: o silenciamento das relações de gênero e sexualidade no PNE e nos planos municipais de educação. In: SEMINARIO INTERNACIONAL DE LA RED ESTRADO, 11, [2016?], [S.l.]. **Anais eletrônicos...** [S.l.]: UNIVERSIDAD PEDAGOGICA NACIONAL. Disponível em: <http://redeestrado.org/xi_seminario/pdfs/eixo8/91.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

AMORIM, Marina Alves; SALEJ, Ana Paula. O conservadorismo Saiu do Armário!: A luta contra a ideologia de gênero do Movimento Escola Sem Partido. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 32-42, jul./dez., 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/32142>>. Acesso 20 ago. de 2017.

ARIES, Philippe. **Historia social da criança e da familia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981, c1973. 279p.

BUARQUE DE ALMEIDA, Heloisa. Família e relações de parentesco: contribuições antropológicas. In: CARVALHO, José Sérgio (org.). **Direitos Humanos e Educação para a Democracia**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 224-246.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Modos de educação, gênero e relações escola-família. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v.34, n.121, p.41-58, 2004.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. 119p.

COHEN, C. **Punks, Bulldaggers, and Welfare Queens: The Radical Potential of Queer Politics?** GLQ, v. 3, p. 437 – 465, 1997.

CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. **Nómadas**, Bogotá, Colômbia, n. 26, p. 92-101, 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1051/105115241010.pdf>>. Acesso em: 11 de novembro de 2017.

DUARTE, Luiz F. D. Ethos privado e justificação religiosa: negociações da reprodução na sociedade brasileira. In: HEILBORN, M. L. *et al.* (Orgs.). **Sexualidade, família e ethos religioso**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p. 137-176.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado: trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. 215p.

- FOUCAULT, Michel. Direito de morte e poder sobre a vida. In: **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. 2012. Rio de Janeiro. Graal. p. 145-174.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 35.ed. Petropolis: Vozes, 2008. 277p.
- GAGNEBIN, Jeanne-Marie. **Sete aulas sobre linguagem, memória e história**. Rio de Janeiro: Imago, 1997. 186p.
- GEERTZ, Clifford. “Do ponto de vista dos nativos”: a natureza do entendimento antropológico. In: **O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 3. ed. Petrópolis, Vozes. 2000. p. 85-141.
- GOMEZ, Lucas G. Franco. A questão de gênero nos planos nacionais de educação. **Revista café com sociologia**, Maceió, v.6, n. 1. p. 31-52, jan./abr., 2017.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, Paula R.C; MAGALHÃES, J. C.. **Debates contemporâneos sobre educação para sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/handle/1/7097>>. Acesso em: 15 jul. 2017.
- LATOUR, Bruno. Não congelarás a imagem, ou: como não desentender o debate ciência-religião. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 10, n.2, p. 349-376, 2004.
- MARCUS, George E. Ethnography in/of the world system: the emergency of multi-sited Ethnography. **Annual Review of Anthropology**, v. 24, p. 95-117, 1995. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1897105/mod_resource/content/1/George%20Marcus_Ethnography%20in%20off%20world.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. XLV, 119 p.
- MEAD, Magaret. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Perpectiva, 1999
- NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro. Sexualidades ameaçadoras: religião e homofobia(s) em discursos evangélicos conservadores. **Sexualidad, salud y sociedade: revista latinoamericana**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 121-161, 2009.
- NOGUEIRA, Maria Alice. Relação família-escola: Novo objeto na sociologia da educação. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v.8, n.14-15, p. 91-103, 1998.
- ORO, Ari. A laicidade no Brasil e no Ocidente - Algumas considerações. **Civitas**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 221-237, maio-ago, 2011.

PARREIRAS, Carolina. Altporn, corpos, categorias e cliques: notas etnográficas sobre pornografia online. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 38, 197-222, jan./jun. 2012.

PISCITELLI, Adriane. Gênero, a história de um conceito. In Igualdade, diferenças. Berlendis & Vertecchia. 2009.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, jan/mar, 2017.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres: Notas sobre a 'Economia Política' do sexo**. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993.

SARTI, Cynthia A. A família como ordem moral. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n.91, p. 46-53, 1994.

SCHNEIDER, David. **A Critique of the study of Kinship**, Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1984. Disponível em: <<https://catalog.hathitrust.org/Record/000247749>>. Acesso em: 25 de novembro de 2017.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, jul/dez. 1995.

SIMAKAWA, Viviane V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. 2015. 244p. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Programa de Pós Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SOUZA, Érica Renata de. **Necessidade de filhos: maternidade, família e (homo) sexualidade**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

SOUZA, Érica Renata de. **Questões de gênero na infância e na escola**. 1999. 201 f. Dissertação (mestrado em antropologia social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

SOUZA, Sandra Duarte de. Política religiosa e religião política: os evangélicos e o uso político do sexo. **Estudos de Religião**, São Bernardo do Campo, v. 27, n. 1, p. 177-201, jan/jun. 2013.

TARNOVSKY, Flávio L. **'Pais assumidos': adoção e paternidade homossexual no Brasil contemporâneo**. Dissertação (mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

TOLOMEOTTI, Tamires; CARVALHO, Fabiana Aparecida de. Um currículo degenerado: os planos de educação e a questão de gênero nos documentos educacionais. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 73-84, jul/dez, 2016. Disponível em:

UZIEL, Ana. P. **Família e homossexualidade: velhas questões, novos problemas.** Tese (Doutorado em Ciências Sociais)–IFCH, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

VANCE, Carole S. A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico, **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 5, n.1, p. 7-31, 1995.

2. Documentos eletrônicos do Youtube

AÇÃO, Estudo espírita em. **Ideologia de gênero na ótica espírita & jurídica por Haroldo Dutra _ estudo espírita.** YouTube, 13 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QZ28HFm07gQ>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

BIANCHI, Neno. **Marisa Lobo - Desconstrução da identidade: ideologia de gênero - 12/03/2017.** YouTube, 13 mar. de 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Pm8GFdWzx6Q>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

BLOGDELINKS. **João Dória é contra a doutrinação e ideologia de gênero nas escolas - Carla Zambelli.** YouTube, 21 set. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=445Vq4vPkeI>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

CANAL BOLSONARO 2018. **Bolsonaro fala sobre como está a ideologia de gênero hoje no brasil.** YouTube, Acesso em: 09 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TNt3k2XGH1s>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

CONSERVADORA, Marisa Lobo. **Prova de que existem sim doutrinação da ideologia de gênero nas escolas.** YouTube, 27 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DTxRhr8dPWk>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

CORUJAS, Papo de. **Ideologia de gênero - Parte 1/6 - Quem criou, por que e para que?** YouTube, 14 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5ro1O10I0v8>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

DÉIA E TIBA. **Ideologia de Gênero - Saiba o que é de fato.** YouTube, 25 out. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oKWLdNFE_TQ>. Acesso em: 09 dez. 2017.

DOMINI, Sanctus Angele. **Padre José Eduardo: A Origem Da Ideologia De Gênero.** YouTube, 28 jun. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s2_pIEtPbsA>. Acesso em: 09 dez. 2017.

EX PASTOR, Caminhão do. **Garoto destrói Jean Wyllys, Érika Kokay, PSOL, PT, Ideologia de gênero, Rede Globo e LGBT.** YouTube, 04 ago. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ReEtuN6YkWY>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

FÁBIO, Caio. **A Ideologia de Gênero não é safadeza. É só uma compreensão profundamente equivocada!** YouTube, 08 de março de 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-N3OHkkodYM>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

FILHO, José. **Aos Pais, cuidado com a Ideologia de Gênero nas Escolas.** YouTube, 04 jan. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TKtuvT2_RBM&index=39>. Acesso em: 09 de dezembro de 2017.

GOIÂNIA, Primeira Igreja Presbiteriana de. **Entendendo a Ideologia de gênero | Rev. Augustus Nicodemus.** YouTube, 25 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vXMQ8mm0wDU>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

LOPES, Hernandes Dias. **Ideologia de gênero.** YouTube, 12 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YrIvjmjMh20>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

LOPPEUX, Conde. **Fátima Bernardes e a trapaça da ideologia de gênero.** YouTube, 27 fev. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nmO00WPwos4>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

MARISA, Paula. **Ideologia de gênero na escola e que se dane a lei!** YouTube, 08 set. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EjcIphzY5f0>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

MARISA, Paula. **Ideologia de gênero será obrigatória em TODAS as escolas.** YouTube, 15 mar. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E2Bq2ehg_b8>. Acesso em: 09 dez. 2017.

OFENDE, Perguntar não. **Como devemos pregar contra a ideologia de gênero? | PNO #312 - Augustus Nicodemus.** YouTube, 17 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cQMjpX9Rgx8>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

OFICIAL, Silas Malafaia. **Pr. Silas Malafaia: O que é Ideologia de Gênero.** YouTube, 29 set. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4uk4FyOL15Y>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

OLIVEIRA, Instituto Plinio Corrêa de. **Famílias paulistanas derrotam "Ideologia de Gênero" na Câmara Municipal de São Paulo.** YouTube, 12 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-0EO2mArueo>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

PAGE, Bolsonaro Fan. **Bolsonaro esculacha a Ideologia de "gênero".** YouTube, 13 ago. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=T_VykN7jXTs>. Acesso em: 09 dez. 2017.

PEQUENO, Muro. **5 mitos sobre a ideologia de gênero.** YouTube, 28 out. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cQbfmYO8gI4>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

POLÍTICA, Verdade. **Desmontando a ideologia de gênero**. YouTube, 11 de agosto de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ir-bFmGZgB8>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

PUGGINA, Percival. **Ideologia de gênero: saiba o que é e rejeite essa ideia**. YouTube, 11 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9B9BU0QSCFk>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

PUGGINA, Percival. **Mãe assume posição firme contra ideologia de gênero nas escolas**. YouTube, 06 abr. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7CBrYDbS_ls>. Acesso em: 09 dez. 2017.

RECREIO, Igreja do. **Ideologia de gênero | Pr. Luiz Sayão**. YouTube, 10 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=w8Kjr0Qvfxs>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

SANGUEDO, T. **Café Filosófico - Ideologia de gênero**. YouTube, 05 out. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZJBkOdik0Qw>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

SCHWEDER - ESPIRITUALIDADE E AUTOCONHECIMENTO, Maro. **Ideologia de gênero nas escolas - por que o PT insiste tanto nisso???** YouTube, 06 jan. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=o-m9zHCmn6M>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

SILVA, Arilson Lucas da. **Origem da ideologia de gênero, Feminismo, Marxismo, gramscismo, comunismo**. YouTube, 29 out. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iLn4mXD_Q2Y>. Acesso em: 09 dez. 2017.

TV BOITEMPO. **Judith Butler no Brasil: Quem tem medo de falar sobre gênero? [legendado]**. YouTube, 08 nov. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cozmjJpMakM>>. Acesso em 08 dez. 2017.

TV FOLHA. **Fla-Flu: Psicóloga e ativista trans divergem sobre ensino de ideologia de gênero nas escolas**. YouTube, 15 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hLFB9cHFhJg>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

VASCONCELOS, Allysson Vidal. **Debate - Ideologia de Gênero**. YouTube, 23 maio 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WX1hqoQaMe4>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

VIDEOSHD, Lanca. **Jair Bolsonaro discute Ideologia de Gênero nas Escolas 10/08/2016**. YouTube, 10 ago. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vmfkusL1biE>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

VIVO, Verbo. **Alerta sobre ideologia de gênero nas escolas**. YouTube, 17 jun. 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IS_f0bZEIbo>. Acesso em: 09 dez. 2017.

WINTER, Sara. **Ideologia de gênero: Transexuais no banheiro**. YouTube, 07 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hy3Tj8XXCtA&index=43>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

3. Documentos eletrônicos diversos

A CADA 25 H, uma pessoa LGBT é assassinada no país, revela pesquisa. **O Globo**. Rio de Janeiro, 17 maio 2017. <<https://oglobo.globo.com/sociedade/a-cada-25h-uma-pessoa-lgbt-assassinada-no-pais-revela-pesquisa-21350643>>. Acesso 09 nov. 2017.

A INSERÇÃO da ideologia de gênero depois do Plano Nacional de Educação. **Portal Conservador**. © 2013 – 2017. Disponível em: <<http://portalconservador.com/a-insercao-da-ideologia-de-genero-depois-do-plano-nacional-de-educacao/>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Câmara notícias**. Comunicação. Em sessão solene, Câmara faz homenagem à Rede Gênese de TV. 17 jul. 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/COMUNICACAO/492078-EM-SESSAO-SOLENE,-CAMARA-FAZ-HOMENAGEM-A-REDE-GENESIS-DE-TV.html>>. Acesso em: 07 dez. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Câmara notícias. Direito e Justiça. Em sessão solene, deputados defendem conceito tradicional de família. 25 out. 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITO-E-JUSTICA/547179-EM-SESSAO-SOLENE,-DEPUTADOS-DEFENDEM-CONCEITO-TRADICIONAL-DE-FAMILIA.html>>. Acesso em: 07 dez. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Câmara notícias**. Educação e Cultura. Deputadas defendem discussão sobre gênero para combater violência contra a mulher. 10 nov. 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/499663-DEPUTADAS-DEFENDEM-DISCUSSAO-SOBRE-GENERO-PARA-COMBATER-VIOLENCIA-CONTRA-A-MULHER.html>>. Acesso em: 07 dez. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Câmara notícias**. Educação e Cultura. Ministério busca equilíbrio para abordagem de gênero na base curricular. 08 jun. 2015. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/536038-MINISTERIO-BUSCA-EQUILIBRIO-PARA-ABORDAGEM-DE-GENERO-NA-BASE-CURRICULAR.html>>. Acesso em: 07 dez. 2017

BRASIL. Câmara dos Deputados. Câmara notícias. Educação e Cultura. Educadores se dividem sobre neutralidade do projeto Escola sem Partido. 29 mar. 2017. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E->

CULTURA/528093-EDUCADORES-SE-DIVIDEM-SOBRE-NEUTRALIDADE-DO-PROJETO-ESCOLA-SEM-PARTIDO.html>. Acesso em: 07 dez. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Discursos e Notas Taquigráficas**. Discursos Proferidos em Plenário. *Repúdio à ideologia de gênero, em razão de conteúdo desestruturador da família como instituição. Apresentação do Projeto de Lei nº 4.302, de 2016, de autoria do orador, sobre a proibição de reconhecimento de união poliafetiva formada por mais de dois conviventes*. 29 ago. 2016. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=208.2.55.O&nuQuarto=13&nuOrador=2&nuInsercao=123&dtHorarioQuarto=15:24&sgFaseSessao=OD&Data=29/08/2016&txApelido=VINICIUS_CARVALHO,PRB-SP>. Acesso em: 07 dez. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Discursos e Notas Taquigráficas**. Discursos Proferidos em Plenário. *Fundamentos teóricos relacionados ao conceito de ideologia de gênero. Crítica ao posicionamento da Esquerda relativo ao tema. Repúdio ao contato de crianças com obras artísticas de temática sexual adulta. Mobilização social no País em favor de princípios éticos e familiares*. 11 out. 2017. Disponível em: <http://www.camara.leg.br/internet/SitaqWeb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=302.3.55.O&nuQuarto=11&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=14:30&sgFaseSessao=PE&Data=11/10/2017&txApelido=ONYX_LORENZONI,DEM-RS>. Acesso em: 07 dez. 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Discursos e notas taquigráficas**. Solicitação aos Deputados de apoio ao Projeto de Lei nº 4.302, de 2016, sobre a proibição do reconhecimento pelos cartórios de grupos familiares com mais de dois conviventes, a chamada união poliafetiva. Brasília. 2016. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/textohtml.asp?etapa=5&nusessao=058.2.55.o&nuquarto=2&nuorador=2&nuinsercao=48&dthorarioquarto=18:02&sgfasesessao=od&data=29/03/2016&txapelido=>>>. Acesso em: 07 dez. 2017.

BRITO, Patrícia; REIS, Lucas. Por pressão, planos de educação de 8 Estados excluem 'ideologia de gênero'. **Folha de São Paulo**. Recife; São Paulo, 25 jun. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2015/06/1647528-por-pressao-planos-de-educacao-de-8-estados-excluem-ideologia-de-genero.shtml>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

MUNDIM, Izabelle. O que é a ideologia de gênero que foi banida dos planos de educação afinal? **UOL**. São Paulo, 11 ago. 2015. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2015/08/11/o-que-e-a-ideologia-de-genero-que-foi-banida-dos-planos-de-educacao-afinal.htm>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

NÃO confunda “Ideologia de gênero” com combate à homofobia. **Reaçablog**. 07 jun. 2015. Disponível em: <<http://reacablog.org/blog/reacablog/nao-confunda-ideologia-de-genero-com-combate-a-homofobia/>>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

SANTOS, Rodrigo Luiz dos. **O que pensa o Papa Francisco sobre a ideologia gênero?** © 2002 – 2018. Disponível em: <<https://formacao.cancaonova.com/atualidade/educacao/o-que-pensa-o-papa-francisco-sobre-ideologia-de-genero/>>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

SOLANO, Padre Rafael. **O que é ideologia de gênero?** © 2002 – 2018. Disponível em: <<https://formacao.cancaonova.com/atualidade/sociedade/o-que-e-ideologia-de-genero/>>. Acesso em: 09 dez. 2017.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015:** Homicídios de mulheres no Brasil <<http://www.mapadaviolencia.org.br/>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

4. Sites

<https://www.programaescolasempartido.org/>

<http://www2.camara.leg.br/>

<https://www.google.com/>

<https://www.youtube.com/>